
ENSINO FUNDAMENTAL – 8º ANO – HISTÓRIA VOLUME ÚNICO

Apostila do 8º ano do Ensino Fundamental, escrita pelo Instituto São Carlos Borromeu. O conteúdo é indicado para estudo individual domiciliar, apoio escolar ou como material didático escolar.



HISTÓRIA



AULA 04

A REVOLUÇÃO FRANCESA

O MASSACRE



família real foi capturada e posta em custódia no Palácio do Luxemburgo, enquanto isso, foi convocada uma nova assembleia constituinte para decidir sobre o futuro da nação. Essa reunião só se concluirá alguns meses depois, no dia 21 de setembro de 1792.

Antes disso, é importante destacar o massacre que ocorreu entre os dias 2 e 6 de setembro. Eis seu contexto: poucas semanas antes da prisão do Rei, ele vetou um pedido da Assembleia para exilar todo o clero que negasse a Constituição Civil do Clero. O veto real enfureceu os revolucionários, mas contou com o apoio da população comum que readquiria a piedade com seu monarca.

Após a prisão do Rei, diversos padres acusados de serem antirrevolucionários foram presos. Apesar da Constituição ter declarado o catolicismo como a religião oficial francesa, essa decisão não agrada aos novos donos do poder e uma série de medidas foram tomadas para conter o progresso do catolicismo no reino: a Igreja perdeu o poder sobre a educação; as Ordens Religiosas ainda existentes foram suprimidas; e todo padre não preso, e não de acordo com a Constituição Civil do Clero, tinha duas semanas para deixar o reino.

25.000 padres fugiram e toda a função civil da Igreja, como registro de nascimento, casamento e óbito, passou para as autoridades leigas. Mas o povo, acostumado a realizar esses acontecimentos junto aos Sacramentos, ficou ainda mais afastado do secularismo do Estado. O Pai, o Filho e o Espírito Santo foram trocados pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade, na esperança de que o povo logo aceitasse a nova religião secular.

Entre agosto e setembro de 1792, as tropas austríacas invadiam a França e os civis começaram a organizar seu exército de defesa. Mas antes de deixarem suas cidades, temeram que os padres e monarquistas saíssem das prisões e ameaçassem suas mulheres e crianças. Com isso, ao invés de marcharem contra os inimigos armados, foram às prisões e conventos para assassinar os inocentes.

Com tribunais improvisados, os prisioneiros eram julgados nas calçadas e suas mortes eram entretenimento para os republicanos entusiasmados. Torturas e violências

inauditas ocorreram durante esses quatro dias. Foram dezenas de prisões assaltadas e massacradas, onde não se poupavam mulheres, idosos e nem jovens. O número de vítimas chegou a 1.300 pessoas. Era o sacrifício dos inocentes para celebrar o surgimento da República e da religião do Estado.

O governo em vigor não se opôs ao massacre, pelo contrário, congratulou-o. E toda a população ainda sã, horrorizada com o caos, culpou Marat e Danton pelo ocorrido. Ironicamente, Danton era Ministro da Justiça e Marat do Comitê de Vigilância durante o governo revolucionário.

A REPÚBLICA

A nova Assembleia foi votada por apenas 10% da população apta. Dos 7 milhões habilitados a votar, somente 700 mil compareceram, o restante ou estava impedido ou com medo, afinal o voto era falado publicamente; alguns simplesmente não entendiam e não aprovavam a nova política.

Como a votação teve início no dia 2 de setembro, o massacre que acontecia servia de lição para quem fosse votar. A perseguição deixava claro que o voto errado poderia custar-lhe a sua vida.

Por causa disso, novamente os Jacobinos obtinham destaque, desta vez, muito maior que antes. Nessa nova Assembleia, o grupo Feuillants era inexistente e o lado direito, simbolizado como oposição ao esquerdo, foi preenchido pelos Girondinos, que antes sentavam juntos dos Jacobinos. E o centro, a Planície, não mais foi composta por políticos capacitados, mas por pessoas anônimas e manipuláveis.

Dos 750 membros da Assembleia, todos menos dois eram da classe média e quase todos advogados. Para manter o privilégio burguês, a propriedade privada continuou a ser considerada divina. Com isso acertado, no dia **22 de setembro de 1792**, foi declarada a **Primeira República Francesa**.

No mesmo dia, foi decretado um novo calendário para a França: o Calendário Revolucionário. Nele os nomes dos meses faziam referências à terra e ao clima, e cada mês possuía 3 semanas de 10 dias. Os 5 dias anuais restantes eram chamados de *sanculottides* e seriam feriados. Agora o calendário lembrava os franceses não mais dos nomes de seus Santos, mas de elementos da natureza. O calendário perdurou até o ano de 1805.

Dentre os radicais revolucionários (formados pelos Jacobinos e Cordeliers),



Robespierre

destacam-se quatro nomes: Danton (1759–1794), Marat (1743–1793), Saint-Just (1767–1794) e Robespierre (1758–1794).

Marat estava no auge da sua popularidade e possuía diversos novos inimigos: os Girondinos. A nova oposição aos radicais era formada pela alta burguesia que desejava um governo descentralizado, que desse mais liberdade para o comércio e para os comerciantes.

O JULGAMENTO

Nas fronteiras os franceses acumulavam vitórias contra as tropas germânicas, o que fortalecia o novo governo. Os Girondinos eram os responsáveis por liderar as tropas e Danton cuidava das negociações com os líderes militares.

Chegara a hora de resolver a questão do Rei. Luís XVI estava com 38 anos e preso junto de sua família em condições sub-humanas desde agosto.

Os Girondinos fizeram de tudo para adiar o julgamento, temendo que o Rei e toda a sua família fossem mortos. Mas dois fatores tornaram a situação ainda mais crítica: a primeira foi o pronunciamento do jovem Louis-Antoine Saint-Just, que acusou o Rei de traidor e o maior culpado pela morte do povo francês. O segundo fator foi o vazamento de centenas de documentos que acusaram uma aliança do Rei com parlamentares da Assembleia, em que o Rei prometia regalias em troca de sua liberdade, e pelo fim da Revolução.

Lafayette e Talleyrand estavam dentre os nomes citados. Muitos deles fugiram na hora que souberam do ocorrido.

O julgamento do Rei começou no dia 11 de dezembro de 1792. A votação de culpabilidade deu início no mês seguinte e foi feita pelos membros da Assembleia com votos de forma verbal e em público. Até o primo do Rei, Filipe d'Orléans condenou-o. Quando pediram para que a população votasse a favor ou contra a decisão da Assembleia, negaram, pois sabiam que o povo ainda era monarquista. A nova República não era para todos.

No dia 16 de janeiro foi votada a sentença do Rei, ao mesmo tempo os radicais ameaçavam quem votasse por menos que a morte. Muitos daqueles homens, pouco tempo atrás, tinham votado pela imunidade da família real e contra a pena letal. Mal estava formada a República e a elite que governava o país estava traindo tudo que jurou cumprir.

No dia 21 de janeiro de 1793, o Rei Luís XVI foi levado à Praça da Revolução, no centro de Paris, e toda a população assistiu à sua morte pela guilhotina. Após o sombrio evento, todos deixaram o local em silêncio e sem olhar uns aos outros.

O COMITÊ DE SALVAÇÃO PÚBLICA

Ainda em 1793, com o escalar da Revolução Francesa junto as suas conquistas terrestres, os países vizinhos da França se uniram na chamada **Primeira Coalisção** que contava com a Prússia, Áustria, Sardenha, Inglaterra e Holanda. A Inglaterra, no caso, não sofria riscos de ataques diretos, mas perdia seus meios de acesso e comércio com a Europa Central via o Reno, que foi tomado pelo avanço francês. Os ingleses desfrutavam da sua Revolução Industrial e dependiam totalmente da exportação.

Mas a situação francesa não ia bem, a guerra era sustentada pelos ricos burgueses girondinos e os custos do combate exigiam maiores cobranças do povo. Os ricos lucravam com os conflitos, mas sem eles os inimigos externos acabariam com a Revolução. O cenário político se tornou uma constante acusação entre a esquerda e a direita.

Em março foi instituído o **Tribunal Revolucionário** que julgava os inimigos internos da Revolução. Mas seu procedimento era desfavorável à defesa e cada vez mais as acusações eram aceitas prematuramente.

As acusações vinham do **Comitê de Salvação Pública**, instalado em abril. Este Comitê tinha a permissão para dirigir a nação em crise com a única limitação de agir segundo a vontade da Assembleia. Danton liderava o Comitê: enquanto isso, a Assembleia dava cada vez mais voz aos Jacobinos, principalmente a Marat, que possuía os *sanculottes* como uma milícia própria para que ameaçassem quem fizesse oposição.

Devido à fome generalizada, os Jacobinos passaram uma ação para tabelar os preços dos itens tidos como básicos. O preço baixo determinado para os alimentos desincentivou sua produção pelos fazendeiros, que passaram a não lucrar com o trabalho. O preço estipulado era acessível, mas o produto estava cada vez mais escasso. E quem quisesse comprar comida tinha de recorrer ao mercado negro, onde tudo era muito mais caro, ou esperar horas nas longas filas do mercado.

Em julho, os Jacobinos ataçaram a população contra os Girondinos e os expulsaram do Comitê. Foi uma Revolução dentro da Revolução. Saint-Just foi um dos responsáveis por uma nova Constituição, que limitou os direitos à propriedade e reconheceu a existência de um ‘Ser Supremo’; mas a aplicação da fé estava voltada à sociedade.

A nova Constituição, de 1793, contudo, só existiu no papel, pois oito dias depois de proclamada, o Comitê, agora liderado pelos Jacobinos, passou a governar de forma ditatorial e acima da Constituição, até que a paz fosse estabelecida.

MARAT

Marat atuava a maior parte do tempo de sua banheira de água quente e medicamentos, pois sofria de uma doença que o deixava constantemente com dores.

Dormindo pouco para trabalhar mais, instalou no banheiro uma mesa improvisada e escrevia em seu caderno a lista de nomes a serem julgados pelo Tribunal Revolucionário.

Seu ofício e lazer era vingar-se dos Girondinos. Até que no dia 13 de julho de 1793, foi visitado por Charlotte Corday, que alegava ter nomes de traidores para denunciar. Charlotte nasceu de família nobre e atuava junto aos Girondinos, e sua missão, naquele dia, era outra: a de vingar as mortes do Massacre de setembro. Tendo concedida a permissão para entrar, foi até Marat em sua banheira e deu-lhe uma única facada, um golpe letal. A Revolução era um ciclo de vinganças.



A morte de Marat

Morrera o ídolo dos revolucionários radicais, e pelas mãos de uma mulher de vida impecável. Corday foi condenada à morte, e sua vingança será motivo para outra nova surgir no lugar. Agora, os Jacobinos conquistaram a desculpa ideal para aumentar suas perseguições.

O TERROR

A oposição interna da França não tinha acabado. Os atos revolucionários que matavam culpados e inocentes por igual, resultou numa milícia de resistência que lutava em memória do Rei. Era a força tradicionalista do ‘Exército Católico e Real’.

Tendo fracassado em conciliar a oposição interna, Danton perdeu seu cargo no governo e foi substituído por Robespierre. O Comitê possuía 12 membros: advogados e engenheiros familiarizados com os filósofos iluministas. Somente um dos membros havia trabalhado com as mãos. Na ditadura do proletariado não havia proletários.

Saint-Just também era um dos 12 no Comitê. Era o mais jovem e o mais estranho. Foi criado mimado, fugiu de casa com o dinheiro de sua mãe e gastou-o para alimentar seus vícios. Fora preso por indisciplina e escreveu poemas contra o clero católico. Livre,

foi chamado para compor o governo revolucionário e todo o seu egoísmo se converteu em rigidez e tirania.

Contra os inimigos de dentro e de fora da França foi instaurado o chamado **Terror** em 17 de setembro de 1793. O Comitê de Segurança Pública adquiria poder total na França contra os ditos perigos contrários à Revolução. Para o exército, o governo francês forçou o alistamento de todos os homens entre 18 e 40 anos. Começava o ano mais violento da Revolução Francesa.

A França entrou em um estado de '**Guerra-Total**', tudo o que produzia era voltado para o combate. As oficinas produziam armas; os ricos emprestavam seu dinheiro para o Estado; os comuns davam suas roupas, metais e mão-de-obra; os jovens eram educados para servir ao exército e à Revolução; e a propaganda exaltava a nova nação e a unidade do seu novo povo. Toda a sociedade estava organizada para a guerra.

No final de setembro, a França possuía 500.000 homens em armas, e os generais negligentes eram geralmente mandados para a guilhotina.

Em outubro ocorreu o julgamento da Rainha, Maria Antonietta. Com 38 anos e cabelos totalmente brancos pelos horrores que vivera, foi forçada a aguentar acusações humilhantes por vários dias e somente ergueu a voz quando a acusaram de ter sido uma mãe ruim. Quando tudo acabou, voltou para a sua cela quase cega de tanta fadiga. Sua sentença foi a morte. Sua cabeça tinha sido prometida aos *sansculotte*, e Maria Antonietta foi guilhotinada no dia 16 de outubro de 1793.

Líderes da mesma estirpe daqueles que celebraram as cabeças decepadas do Rei e da Rainha, foram executar as ordens do Comitê nas fronteiras e nas províncias. A Revolução começava a devorar a si mesma: era matar primeiro para não ser morto. Diversos Girondinos, que votaram pela morte do Rei, subiam ao patíbulo para serem guilhotinados. Depois foi a vez de Filipe d'Orléans, que condenou o primo monarca almejando suas posses e títulos, mas igualou-o somente na morte.



Genocídio da Vendéia

Enquanto isso, o ‘Exército Católico e Real’ atuava na província francesa da Vendéia, onde reuniu 30.000 combatentes. Contra eles o Comitê enviou seu exército e uma nova guerra religiosa foi travada na região. Nela, os católicos foram devastados.

Na Vendéia, Jean-Baptiste Carrier foi comissionado para suprimir a revolta cristã. Carrier alegou que a fome era causada pelo excesso populacional e a solução seria aniquilar os excedentes, principalmente os padres, os nobres e os burgueses. Decidiu que julgamento era perda de tempo, e uma vez que as prisões estavam abarrotadas, lotou e afundou embarcações cheias de prisioneiros no rio. Foram milhares de mortos em poucos meses. Carrier também forçou padres e freiras a se casarem, quebrou crucifixos e imagens nas ruas, e proibiu o professor da fé católica para anunciar a fé revolucionária: pregou contra a vida eterna e prometeu um paraíso na terra segundo a razão. O próprio Comitê teve de impedi-lo e guilhotiná-lo em dezembro de 1794.

Por toda a França a religião católica foi perseguida: seus fiéis foram caçados e as igrejas foram saqueadas ou destruídas. A Catedral de Notre Dame de Paris foi profanada e teve seu nome alterado para ‘Templo da Razão’. O resultado do Terror foi uma Paris que passou a ignorar a religião por medo de praticá-la. Ainda assim, mesmo dentre os Jacobinos, o ateísmo era raro, o movimento anticristão não promovia a falta de fé, mas a religião da razão, da sociedade e, principalmente, do Estado.

Ainda em 1793, o Comitê publicou uma comissão de princípios que foi considerado como o ‘primeiro manifesto comunista’. Este propunha aliar o governo à classe pobre: denunciou a nobreza e a burguesia; tratou os trabalhadores como oprimidos que deveriam esmagar seus opressores; aumentou a taxa dos ricos e colocou toda a riqueza e posses dos burgueses e dos padres presos a serviço da República.

Era a vez do Comitê voltar-se contra si mesmo. O Terror cansou Danton que pediu por um Comitê de Clemência que soltasse os prisioneiros e permitisse a prática de qualquer religião. Unido aos *Cordeliers*, Danton se tornou oponente de Robespierre sobre como continuar a Revolução. Ambos foram grandes amigos, mas a política do Terror era clara: é matar ou ser morto. Robespierre recorreu a Saint-Just e Danton foi condenado à morte em abril de 1794.

Mas nem tudo era sobre a morte. No mesmo ano, a Assembleia teve a permissão do Comitê para passar leis que instituísse uma educação primária universal, aboliu a escravidão nas colônias, proibiu monopólios e a especulação, e estabeleceu um plano de assistência social com seguro-desemprego, ajuda médica para os pobres e pensões para os idosos. Tudo impraticável durante o Terror e a guerra, mas algo para inspirar as gerações futuras.

O GRANDE TERROR

Antes da morte, Danton preconizou que a hora de Robespierre estava próxima e isso deixou o líder Jacobino paranoico, vendo ameaças e conspirações em todos os cantos. Os

motivos condenáveis à morte expandiram para uma lista diversa, incluindo apologia à monarquia, o espalhar de notícias falsas e o que fosse considerado como calúnia à República. Começava em Paris, no dia 10 de junho de 1794, o “**Grande Terror**”.



Max Adamo Sturx Robespierres

Em menos de dois meses, em torno de 1.400 pessoas foram guilhotinadas. O povo nem ia mais assistir as execuções, ficava somente em casa, calado e com medo. As ruas e bares ficaram vazios; os deputados deixaram de votar e de comparecer na Assembleia; o próprio governo tinha medo de si mesmo.

No dia 27 de julho (**9º do Thermidor**, segundo o calendário revolucionário), Robespierre e Saint-Just foram acusados pela Assembleia que temia ser acusada por eles. Preso, Robespierre tentou o suicídio, mas falhou e terminou com a mandíbula estourada. Na tarde seguinte, 28, os fiéis jacobinos foram recebidos por uma plateia que ansiava pelas execuções. Quando a cabeça de Robespierre



David pintando Marie-Antoinette

foi erguida ao público, Paris suspirou aliviada, acreditando que o Terror havia chego ao fim.

O Comitê de Salvação Pública terminou quando decapitou a si mesmo em julho de 1794. Em Paris ele matou 2.700 pessoas, 18.000 em toda a França. Alguns elevam o número para 30.000. Foram 300.000 presos cujos bens foram confiscados, fazendo com que o Terror, no fim, fosse lucrativo.

“Quando o Comitê caiu, a França tinha sido forjada numa unidade política pela ditadura e pelo terror; uma nova estirpe de jovens generais, treinados e algumas vezes conduzidos à batalha por Saint-Just, tinha repellido o inimigo em decisivas vitórias; sozinha contra quase toda a Europa, a França emergira triunfante contra tudo, menos contra si mesma.” (DURANT)

O TERROR BRANCO

Terminado o Terror, O Comitê perdeu seus poderes e voltou a ser submisso à Assembleia; os Clubes Jacobinos foram fechados em toda a França e seu ideal radical tornou-se impopular; diversos presos foram libertos e jornais conservadores ressurgiram. Os burgueses retomaram a Revolução.

Somente uma minoria francesa teve profundo contato com os iluministas, e quando o governo relaxou, toda a França voltou à fé cristã. Em 1795, a paz e a liberdade religiosa foram firmadas entre Paris e as províncias, mas o Estado continuaria separado da Igreja. A Assembleia, composta pela alta burguesia, incentivou o livre mercado, enquanto buscava resolver as tensas relações entre produtor e consumidor.

Devido aos anos de caos dentro e fora da República, crises de alimento continuavam a existir, mas desta vez, quando radicais Jacobinos faziam levantes, eram os Girondinos seus juízes e carrascos. A caça aos Jacobinos instaurou um ‘Terror Branco’ na França, agindo de maneira contrário ao anterior. A partir de 1795, centenas de partidários do antigo Comitê foram caçados e massacrados, dentro e fora das cadeias. Quanto à guerra que continuava, seus prestígios passaram a favorecer os burgueses.

Em julho de 1795, morreu o Delfim, filho de Luís XVI, na prisão, aos 10 anos de idade. Com isso, o herdeiro do trono passa a ser o irmão de Luís, que está exilado. Mas quando este anunciou seu desejo de instaurar na França uma monarquia aos moldes do Antigo Regime, todos os revolucionários, de direita ou de esquerda, se uniram para manter a República.

Ainda em 1795, mais uma Constituição foi criada. É decretado nela a eleição indireta; liberdade religiosa e de imprensa; e o Estado deixa de regular a economia, dando maior liberdade para a burguesia através do investimento privado. Também é neste ano que a França estabelece o sistema métrico em seu país.

Promulgada a nova Constituição de 1795, a **Convenção Nacional**, como era chamada a Assembleia do período Revolucionário, foi dissolvida. Começava a fase final da Revolução Francesa.

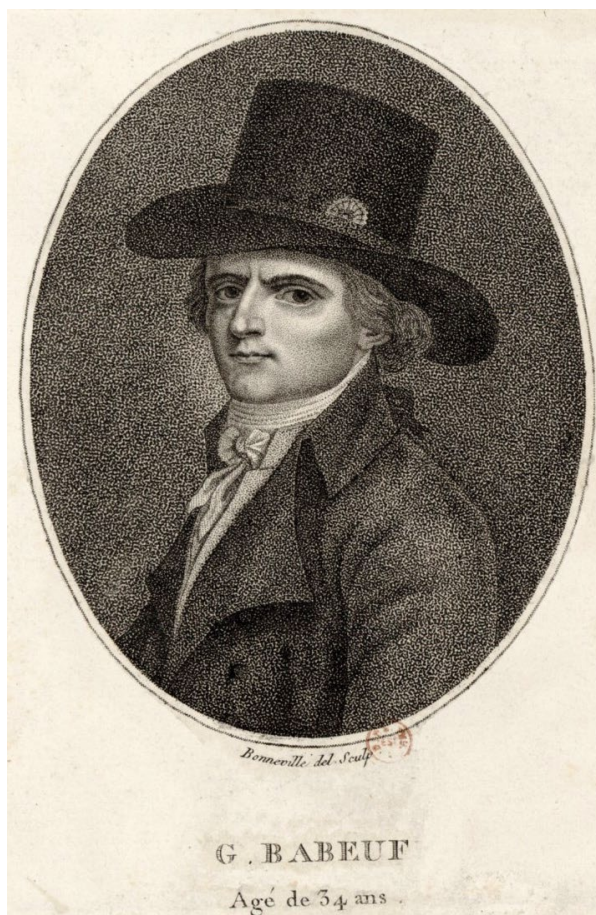
O DIRETÓRIO

O novo governo francês foi composto pelo **Conselho dos Quinhentos**, onde 500 homens propunham e discutiam medidas, mas não as transformavam em leis; o **Conselho dos Anciãos**, contando com 250 homens com mais de 40 anos e casados, transformavam as discussões dos Quinhentos em leis. Os Quinhentos também escolhiam 50 homens, dos quais cinco seriam selecionados pelos Anciãos para preencher o **Diretório**. No Diretório se exerce o poder executivo. Além destes, havia mais dois órgãos: o Judiciário e o Tesouro.

E surgia contra o novo governo uma nova oposição: a de François-Noël ‘Gracchus’ Babeuf. Babeuf alegou que a verdadeira Constituição francesa era a de 1793 e que o fim da Revolução foi um golpe da elite contra o proletariado; com isso, em 1796, escreveu uma série de artigos chamados de Doutrina Babeuf que foram inspirados nos ideais comunistas e pregados nos bairros proletários de Paris.

Sua doutrina pregava uma igualdade radical, onde não haveria mais pobres nem ricos, onde todos trabalhariam por igual e seriam felizes. Mas para esse paraíso terrestre era necessário continuar a Revolução e a aniquilação dos ricos. Conhecida como A Conspiração dos Iguais, os seguidores de Babeuf fizeram revoltas contra o exército francês.

Mas quando Babeuf e seus seguidores organizaram seu maior levante, foram descobertos e presos um dia antes. Um ano depois, foram julgados e Babeuf foi condenado à morte. No fim, seus ideais eram tão impraticáveis que os trabalhadores não lhe deram tanta atenção, além disso, o novo herói da nação era outro: **Napoleão Bonaparte**.



François Noël Babeuf (1760–1797)

ATIVIDADES

1. O que caracteriza o conceito “Guerra Total”?
2. Ligue as colunas com as informações correspondentes:

O Tribunal Revolucionário

O Comitê de Salvação Pública

O “Exército Católico e Real”

O “Grande Terror”

O “Terror Branco”

- Assombrou Paris durante os meses finais da ditadura Jacobina.
- Lutou pela memória do Rei e pela Igreja.
- Foi a revanche dos Girondinos contra os Jacobinos.
- Foi a revanche dos Girondinos contra os Jacobinos.
- Julgava os acusados que violaram as leis revolucionárias.
- Governou com plenos poderes durante o Terror.

3. Qual foi o interesse da Inglaterra ao se unir à Primeira Coalisção contra a França?
4. Analisando o texto, o que teria feito o período do “Terror” receber este nome?
5. Quais as características da religião revolucionária instigada durante a Revolução Francesa?



AULA 05

A ASCENSÃO DE NAPOLEÃO

Napoleão Bonaparte (1769-1821) nasceu no dia 15 de agosto em Ajaccio, na Córsega, logo após esta ser vendida à França pela Itália. Napoleão teve um irmão mais velho, José Bonaparte, e dois mais novos, Luciano e Maria Anna. Em sua juventude, frequentou colégios militares, o que já lhe deu o pontapé inicial para sua futura carreira. O jovem Napoleão apreciava a matemática e a história dos heróis que fundaram Impérios e venceram grandes batalhas.



Napoleão aos 23 anos – por Henri Félix Emmanuel Philippoteaux

Quando presenciou a Revolução Francesa em 1789, entusiasmou-se com ela, como se fosse a grande luta contra o despotismo. Chegou a ser presidente de um Clube Jacobino, onde debatia a favor de uma monarquia constitucional e contra os nobres e o clero. Em 1792, achou que os radicais foram longe demais ao expulsarem o Rei de seu palácio. Em 1793, Napoleão lutava pelos franceses na fronteira e destacou-se nos combates a ponto de receber uma promoção do próprio Robespierre.

Em 1795, com grande surpresa, Napoleão foi chamado para defender a Assembleia contra um levante monarquista e seu sucesso na luta foi o motivo de sua fama para uns e infâmia para outros. Seja como for, em 1796, aos 27 anos, casou-se com Josefina e foi encarregado de comandar as tropas francesas na Itália contra a invasão dos austríacos.

Na Itália, Napoleão se interessou por um movimento republicano radical ligado a Gracchus Babeuf. Tais republicanos tomaram Roma em 1798 e encarceraram o Papa Pio VI que morreu na prisão. Com o ocorrido, alguns Jacobinos celebraram acreditando, em vão, que esse fora o “último Papa”.

Ao conquistar vitórias na Itália, não se esqueceu dos republicanos e deu a eles a República Cisalpina, criada em 1796. Napoleão, agora com experiência militar e política, compreendia cada dia mais que nasceu para mandar. E para mandar sozinho.

O GENERAL NAPOLEÃO

Enquanto isso, na França, um ressurgimento do catolicismo inflamou um levante monarquista, pró Bourbon, que celebrava missas, que tinha fé no Deus cristão e uma oposição à República. Os tradicionalistas elegeram diversos aliados em ambos os Conselhos e os revolucionários, em desespero, procuraram Napoleão para ajuda.

Napoleão não retorna de sua campanha, mas envia generais de confiança, que na França, ameaçavam os deputados monarquistas no que ficou conhecido como **Golpe de 18 Fructidor** do ano V (4 de setembro de 1797). Diversos deputados tradicionalistas foram caçados e exilados para a Guiana na América do Sul. Em dezembro do mesmo ano, quando Napoleão retornou a Paris, foi ovacionado pelos burgueses e republicanos.

Da **Primeira Coalisão**, somente os ingleses ainda não acordaram uma paz. O golpe contra a Inglaterra terá início em maio de 1798, e não ocorrerá na ilha, afinal, a marinha inglesa é impenetrável, mas em sua base comercial no Egito, onde os ingleses se conectam com o Oriente.

Não era somente a Inglaterra que se preocupava com as rotas comerciais no Mediterrâneo, todos aqueles que possuíam interesse no Oriente e que veem no avanço da República Francesa uma ameaça para as monarquias do Antigo Regime, resolvem se unir contra a França e se aliam à Inglaterra no que se torna a **Segunda Coalisão**, feita em 1798. Estão nela, a Inglaterra, a Áustria a Rússia e a Turquia.

No Egito, Napoleão conquistou vitórias tendo as milenares pirâmides como testemunha. (Em 1799, um soldado francês encontrou a Pedra de Roseta que possibilitou o começo da compreensão dos hieróglifos egípcios). Mas a situação na França era grave: o Diretório perdia credibilidade por sua instabilidade: desde 1797, após a nova caça aos monarquistas, a França ficou novamente dividida, e pior, começava ainda outro levante Jacobino.

Em 1799, após dez anos de batalhas intermináveis, os franceses lamentavam com saudades dos velhos tempos de Luís XVI. Entretanto, os Jacobinos conquistaram cargos de deputados e novas perseguições e mortes ocorriam em todo o país numa sem fim luta de classes e de ideais políticos.

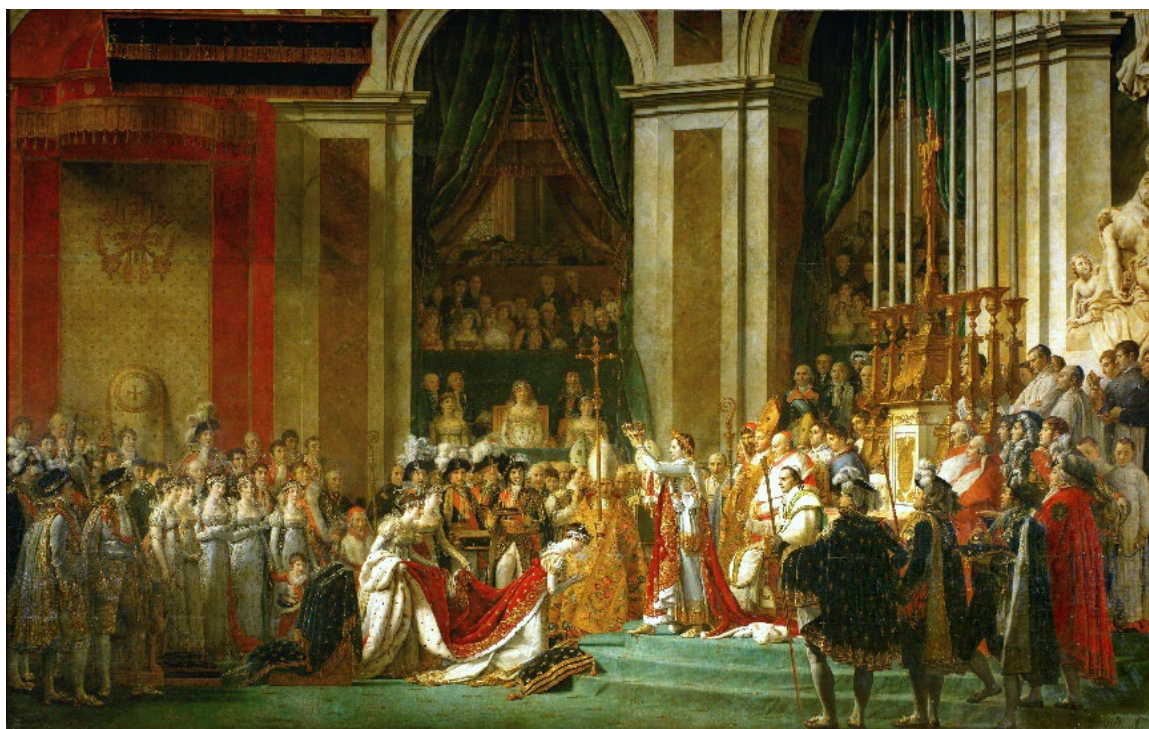
Napoleão chegou do Egito em outubro de 1799, e a França se encontrava sob um novo Terror. Sendo visto como herói da nação, muitos já imaginavam Napoleão como quem pudesse unir a França, como quem pudesse ser um novo Rei. E assim, Napoleão recebeu em sua casa Jacobinos, Girondinos e Monarquistas. Prometeu aos revolucionários que, caso governasse, faria uma nova Constituição e nela manteria a República.

Estava montado o golpe, e assim, no dia **18 de Brumário** (9 de novembro de 1799), com a ajuda dos Conselhos (onde ainda prevalecia os burgueses) e de seu irmão Luciano, presidente dos Quinhentos, foi decretado fim do Diretório e da Constituição de 1795. O governo provisório seria liderado por **três cônsules**, sendo Napoleão um deles.

O CÔNSUL NAPOLEÃO

Napoleão assumiu um governo falido: o Tesouro nada tinha e ninguém queria investir num Estado que aterrorizava a si mesmo; o povo estava cético quanto a qualquer liderança no país; a educação separada da Igreja estava em ruínas, sem estruturas e sem professores; e a maioria católica fazia oposição ao novo regime.

No dia 24 de dezembro de 1799 foi aprovada, por voto popular, a nova Constituição. Nela, Napoleão se fez Primeiro Cônsul, seguido de outros dois com poderes menores. Havia um Conselho de Estado e um corpo de ministros que fora preenchido com Jacobinos, Girondinos e realistas. Napoleão valorizava o mérito e não o partido.



Joséphine se ajoelha diante de Napoleão durante sua coroação em Notre Dame. Atrás dele está o Papa Pio VII.

Para ter apoio da população, deu a garantia da propriedade privada e liberdade econômica; deu liberdade de atuação aos padres que negaram a Constituição Civil do Clero; e censurou diversas manifestações jacobinas e realistas na França. Estes foram contidos para evitar levantes. Napoleão deu como encerrada a Revolução, pois suas bases estavam agora na Constituição.

A Igreja Católica não recuperou suas posses e os Jacobinos tiveram que desistir de seu comunismo utópico, mas a população estava satisfeita. Restava agora resolver a crise externa, pois os monarcas europeus não aceitaram negociar com um homem comum, mesmo que fosse o líder máximo de um país.

A guerra continuou entre debates e negociações, aos poucos todos os líderes europeus adquiriam respeito pelo general francês. A paz veio somente em 1802 e toda a França celebrou Napoleão por seus feitos. Até mesmo Luís XVIII, proibido de pisar em solo francês, reconheceu em Napoleão a figura de um líder.

A CONCORDATA

A nova França precisava de uma base firme para segurá-la e um motivo para acalmar os nervos dos vizinhos europeus. A solução veio de um acordo entre Napoleão e o Papa Pio VII, no que ficou conhecido como **Concordata**.

Sua organização começou em 1800, e através dela a Igreja Católica restauraria diversos de seus poderes na França. Nela, o catolicismo é anunciado como a religião principal francesa, mas não a religião do Estado; o Estado francês, assim como fizera Luís XIV, apontaria seus bispos, mas estes só exercerão sua função se o Papa aprová-los; toda bula papal só será aceita na França se aprovada pelo Estado; o clero receberá um pagamento mensal do Estado e poderá aceitar doações; e o casamento civil é pré-requisito para o casamento religioso.

Apesar de muitos poderes cedidos, era uma vitória da Igreja Católica contra a Revolução Francesa. Quanto a Napoleão, seus escritos são contraditórios quanto à sua fé, não havendo como afirmar se ele via a Igreja somente como uma garantia de ordem ou se a compreendia e acreditava de fato.

Contudo, é fato que em todo território conquistado por Napoleão, a fundação de novas lojas maçônicas foi facilitada e que o governo napoleônico foi de grande inspiração para levantes liberais maçônicos por todo o mundo Ocidental.

Em 1802, após a mudança de diversos membros do legislativo, foi aceita a Concordata, que chegou junto da Paz de Amiens (paz entre a França e a Inglaterra). Uma celebração ocorreu na Notre-Dame de Paris no dia 18 de abril.

O CÔNSUL VITALÍCIO

Prestigiado como unificador, pacificador e salvador da França e de sua religião, Napoleão temia uma única oposição: dos seus próprios generais. O Primeiro Cônsul sabia que no primeiro erro estratégico poderia ser substituído por um general que promettesse vitórias. Com isso, em maio de 1802, enquanto ainda desfrutava dos clamores populares, anunciou seu desejo de se tornar **Cônsul Vitalício**.

O desejo logo se tornou projeto que foi logo aprovado pela classe política e em seguida pelo voto popular. Foram 3,5 milhões de sim contra 8.400 não. Além disso, foi também aprovado pela maioria que Napoleão apontasse seu sucessor.



Napoleão Bonaparte, Primeiro Cônsul (1802).

O CÓDIGO NAPOLEÃO

Entre 1801 e 1804, Napoleão, junto de seus cônsules e ministros, iniciou um trabalho de enxugar as leis em um novo código civil que consolidasse os ideais conquistados desde o início da Revolução.

O novo Código Civil dos Franceses, vulgo **Código Napoleão**, foi terminado e implantado em 1804. Nele a igualdade utópica prometida na Constituição fora quebrada: era dada maior importância à família; e ao valorizar o comércio, deu voz maior aos patrões em relação aos funcionários. Napoleão valorizava as hierarquias que considerasse naturais.

Devido ao consumo de recursos pelas guerras, o novo Código também restaurou a escravidão nas colônias francesas. O que serviu de motivo para um levante dos escravos no Haiti em busca de independência.

DE VOLTA ÀS ARMAS

A paz entre a Inglaterra e a França não favorecia os ingleses. Altos impostos eram cobrados dos mercadores para atravessarem a França e Napoleão decidia livremente o destino dos territórios conquistados nas guerras passadas e, muitas vezes, cortava a influência inglesa nestes. O estrategista francês também sabia da superioridade naval inglesa e o risco que corria caso a Inglaterra decidisse capturar suas colônias, e assim decidiu por vender todo o território da Louisiana, na América do Norte, para os Estados Unidos da América, por 80 milhões de francos (em 1803).

As medidas enfureceram os ingleses, pois a paz estava mais custosa que a guerra. Em resposta, os ingleses liberaram o saque das frotas francesas. E assim, no dia 16 de maio de 1803, uma nova guerra foi oficialmente declarada.

No início de 1804, um preso, condenado à morte, optou por trocar sua pena em troca de revelar à Napoleão os envolvidos em uma conspiração para um golpe na França. O plano era o seguinte: alguns ingleses bancaram um grupo de franceses e Luís, Duque de Enghien, membro da família Bourbon, para que Napoleão fosse sequestrado e os Bourbon voltassem a reinar na França. O plano contava também com vários monarquistas que receberam o nobre e os conspiradores em suas casas.

Revelado o plano, o golpe foi por água abaixo. Todos do grupo foram presos e aguardavam julgamento. A cabeça do Duque de Enghien foi pedida pelos napoleônicos, mas matar um nobre seria ousado demais até mesmo para Napoleão. Contudo, quando os guardas foram avisados para não matar o Duque, ele já havia sido morto por aqueles que acharam estar fazendo um favor a seu líder.

E aquilo que poderia ser um golpe de Napoleão contra si mesmo por causa do escândalo, ecoou pouco. Em três semanas, o caso parecia já ter desaparecido do meio popular. No fim, 18 outros conspiradores foram condenados à morte.

O ego de Napoleão ficou fragilizado pelo ocorrido, um simples golpe de Estado e ele seria substituído. Era hora de ir além que Cônsul Vitalício. No dia 2 de maio de 1804, o corpo legislativo aprovou uma moção para fazer de Napoleão o Imperador da França. Faltava somente a afirmação da população.

O povo francês estava satisfeito com suas terras e empregos, a economia crescia e o atual líder francês era amigo dos burgueses. 1,2 milhões de franceses que compraram as terras da Igreja temiam ter suas propriedades retiradas caso os Bourbon voltassem, e uma nova família real poderia resolver essa questão. Com isso, o pedido para fazer de Napoleão Imperador foi aprovado com 3,5 milhões de votos positivos, contra apenas 2.500 negativos.

O IMPERADOR NAPOLEÃO

Para consolidar-se no cargo, Napoleão pediu para que o Papa Pio VII fosse coroá-lo. Para o novo Imperador, seria a união de César com Cristo. Para os italianos, a honra de ter uma família de origem italiana na família real francesa.

Pio VII viajou até Paris, aproveitou recasar Napoleão com Josefina, agora com o sacramento católico, e seguiu para o ritual de coroamento. Este ocorreu numa fria manhã do dia 2 de dezembro de 1804. E como combinado anteriormente, Napoleão coroou a si mesmo, ao invés de deixar o Papa fazê-lo; mas o Sumo Pontífice sabia muito bem como era o temperamento do homem com quem lidava. Sua esperança era que Napoleão viesse a se converter verdadeiramente.

Todos, menos a Inglaterra, a Suécia e a Rússia reconheceram Napoleão como legítimo imperador da França. Estes três se uniram à Prússia e à Áustria para formarem, em 1805, a **Terceira Coalisção** contra a França na tentativa de impedir, a qualquer custo, o avanço francês no Mediterrâneo.

Napoleão passou a odiar a Inglaterra e vê-la como seu maior impedimento para a glória. Sua estratégia era dividir para conquistar. E assim montou uma frota naval para enfrentar a Inglaterra em Trafalgar, enquanto avançava por vias terrestres contra a Áustria antes que ela recebesse reforços da Rússia.

Em terra, Napoleão obteve múltiplas conquistas e expandiu seu Império ao Leste, mas perdeu a batalha naval contra a Inglaterra (1805). Vencer os ingleses no mar mostrou-se realmente impossível. Essa vitória dos ingleses em Trafalgar foi muito celebrada e se tornou um dos principais temas de sua arte histórica até Waterloo.

O Império francês pede a paz aos reinos derrotados e a consegue, contudo, para negociar a paz com a Inglaterra, promete a ela territórios na região germânica. A Prússia, que já não suportava Napoleão ter desintegrado o Sacro Império Romano-Germânico, de



Napoleão em vestes de coroação, de François Gérard.

origem medieval, teve a gota d'água com a negociação do território, que tratou como sendo um ato de traição. E assim, em 1806, Prússia, Inglaterra e Rússia se unem na **Quarta coalisão**.

Foi um ano todo de guerras, marcado pelas vitórias francesas no Leste europeu. Tendo conquistado um enorme Império no continente, assinou em novembro de 1806 um decreto histórico: proibiu que toda embarcação inglesa pudesse aportar em território francês ou no de seus aliados. O decreto ficou conhecido como **bloqueio continental**.

Com as vitórias em solo, Napoleão decretou paz e aliança com a Rússia e com a Espanha, impedindo o acesso da Inglaterra a quase todo o continente europeu. Isso gerou mudanças drásticas na geopolítica global: a Inglaterra se viu forçada a comercializar com as colônias na América, o que enriqueceu comercialmente tanto os Estados Unidos quanto o Brasil. E o Império francês, sem seu principal concorrente, elevou os preços do que produzia.

Furos no bloqueio, contudo, eram frequentes, e a mercadoria inglesa, agora escassa na Europa, também subiu de valor. Faltava, contudo, um pequeno pedaço de terra no continente a ser conquistado: Portugal.

Portugal se encontrou sem saída, pois não podia enfrentar as tropas napoleônicas de frente nem aderir ao bloqueio continental, afinal, a Inglaterra era sua maior aliada comercial e politicamente. Por negar aderir ao bloqueio, Napoleão fez um acordo com a Espanha para obter livre passagem de suas tropas pelo seu território até chegar a Portugal; em troca, a Espanha receberia uma parte do território português.

E quando os franceses estavam próximos de Portugal, pronto para invadi-los, Dom João VI fez o que parecia impensável: transferiu sua corte para sua colônia, o Brasil. A família real portuguesa deixou Portugal no dia 29 de novembro de 1808 em direção ao Brasil. A Inglaterra exaltou a transferência da corte portuguesa, dizendo que Dom João seria o primeiro Rei a atravessar o oceano, e também auxiliou Portugal com suas tropas durante o período napoleônico.

Os franceses chegaram em Portugal no primeiro dia de dezembro e sem corte para conquistar, não poderia subjugar seu povo. Napoleão e seu exército ficaram “a ver navios” e em seu diário pessoal, o Imperador francês disse que fora enganado somente uma vez: pelo Rei de Portugal.

Impedido de uma vitória, Napoleão trai seu acordo com a Espanha e a enfrenta numa guerra, sai vitorioso e coloca seu irmão, José Napoleão, para governar a Península Ibérica.

ATIVIDADES

1. Quais grupos Napoleão censurou na França para impedir levantes contra seu governo?
2. Qual foi a utilidade da Concordata para Napoleão?
3. Qual classe social foi favorecida pelo Código Napoleão?

4. Assinale a alternativa correta:

a) Entre 1789 e 1792, Napoleão apoiava a continuação da Monarquia e por isso dava preferência aos Girondinos.

b) Ao se tornar Cônsul levou em conta a capacidade dos políticos e não seus ideais políticos.

c) Napoleão sempre foi muito devoto e por isso procurou por uma paz entre a França e a Igreja Católica.

d) A guerra no Egito tinha o objetivo de impedir o comércio austríaco no Mediterrâneo.

e) No 18 de Brumário, Napoleão mandou generais para perseguir os monarquistas em Paris.

5) Qual a relação do Bloqueio Continental e a vinda da família real portuguesa para o Brasil?



AULA 11

A RÚSSIA ANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Por séculos a Rússia cresceu distante das renovações culturais e industriais da Europa. Até o século XX, o reino russo ainda era majoritariamente agrário, com o setor industrial pequeno e ainda em desenvolvimento.

O início de um avanço cultural moderno notável começou na Rússia de Piotr, o Grande, que reinou de forma absolutista entre 1682 e 1725. Piotr cresceu como um progressista, bebendo das fontes do Oeste e importou vários artistas e escritores da Europa para que trabalhassem em seu reino.

A cultura ocidental renascentista encontrou solo fértil na Rússia, que abria colégios seculares, permitindo um estudo sem a moderação da Igreja Ortodoxa. E para controlar o clero, o próprio Tsar Piotr escolhia seus membros.

Ao mesmo tempo, o Tsar avançava seu território com guerras de expansão. As próprias guerras eram usadas para incentivar o progresso industrial, a fim de buscar a autossuficiência na produção dos equipamentos utilizados.

Mas todo esse avanço rápido teve seu preço. A sede por territórios e por nova cultura acarretou em um aumento notável das taxas de impostos, o que gerou conflitos internos e revoltas terminadas na morte de muitos cidadãos russos.

A busca por progresso ao estilo Ocidental continuou com os sucessores de Piotr. As Guerras Napoleônicas colocaram a Rússia no centro da Europa, com seus soldados ajudando as tropas de resistência aos avanços de Napoleão, e depois na perseguição do



mesmo. Esse contato com o Ocidente novamente despertou uma sede de progresso durante o reinado do Tsar Alexandre II, de 1855 a 1881. Alexandre implantou na Rússia ideais iluministas e liberais, mesmo que dentro de um governo absolutista. Foi dada maior liberdade aos escravos e até mesmo pedaços de terra. Era tentada na Rússia algo próximo da Revolução Francesa, mas sem a revolução e suas terríveis consequências.

Mas novamente a industrialização encontrou fronteiras. A elite russa vivia do trabalho escravo rural e se negava a abrir para novas tecnologias, enquanto que nas cidades, onde muitos migravam na busca de melhores condições de vida, a indústria pagava baixos salários. A abundância da mão-de-obra barata, devido aos muitos desempregados, fez com que os pagamentos fossem baixo e quem reclamasse era facilmente substituído.

Essa situação precária começava a fomentar um sentimento de revolta na elite intelectual russa que conhecia as práticas e soluções realizadas no Ocidente. No fim, Alexandre II foi assassinado em 1887 por um grupo revolucionário que queria implantar, de forma mais radical, os ideais liberais e o sistema bancário maçônico na Rússia. O irmão de Vladimir Lenin, Aleksandr, estava envolvido no grupo que organizou o regicídio e foi condenado à morte.



A RÚSSIA DE NICOLAU II

Enfim, chegamos ao governo do Tsar Nicolau II, o último Tsar russo, que foi morto em 1918 pelos bolcheviques que o destronaram na Revolução Russa.

Nicolau governou distante da população, pois vivia somente para alimentar sua paixão pela sua esposa, Alexandra (1868-1918), em um raro caso de amor na realeza. Tudo que Nicolau fazia era para sua esposa e filhos, o que o distanciava dos demais, principalmente do seu povo. Tanto que quando ficou sabendo que a população estava revoltada com o governo, não entendia do que reclamavam.

Nicolau e sua esposa somente davam ouvidos ao místico Rasputin, (1869-1916) que prometia curar as dores do filho mais velho de Nicolau, Aleksey, que sofria com hemofilia, uma doença que impede a coagulação do sangue,



fazendo com que o garoto sofresse com hemorragias. Rasputin, contudo, era adepto do ocultismo e pregava para a aristocracia que o pecado era a melhor forma de se aproximar de Deus. E a aproximação do casal real a esse escandaloso místico aumentava ainda mais a rejeição do povo pelo seu líder.

Se não bastasse essa distância, o governo de Nicolau foi marcado por guerras e revoluções. Enquanto o Estado lutava contra o Japão na guerra Russo-Japonesa (1904-1905), Lenin e diversos outros intelectuais revolucionários, atuavam de fora do país organizando as manifestações e revoltas dos trabalhadores. Chamados de “soviets”, esses líderes intelectuais eram o cérebro da revolução bolchevique que foi iniciada na Rússia em 1905. O grupo contava com o apoio de grandes banqueiros judaicos, que viam na revolução contra o império russo uma vingança pelos pogroms realizados no Leste europeu.

Os pogroms eram assassinatos realizados contra os judeus na Rússia, devido a insatisfação do governo e da população com a cultura judaica que não se misturava com a russa, mas que possuía o domínio de grande parte do mercado e instituições de ensino. A proliferação judaica na Rússia, em atrito com a cultura local, causou um levante antissemita, de perseguição e mortes. Com uma reforma total no governo, a situação poderia ser invertida.

Enquanto que os anseios da elite cresciam em seus desejos revolucionários, Nicolau II tentava negociar com o Japão por territórios na região da Manchúria, cujo comércio marítimo seria importante para a Rússia, pois no inverno seus principais portos congelavam e a Manchúria tinha acesso a águas quentes.

O Japão, contudo, não só se negou a qualquer forma de negociação, como atacou embarcações russas na região, causando uma guerra entre os dois reinos. Mas a Rússia começou em desvantagem, pois o ataque surpresa destruiu suas melhores embarcações e dificultou o movimento do seu exército pelos mares.

Foram diversas batalhas que terminaram com a derrota russa, que assinou a rendição e deixou o território humilhada. O fracasso causou severas instabilidades políticas e econômicas no governo de Nicolau II.

Em 1905, os trabalhadores, orientados pela classe intelectual, organizaram uma proposta que seria mostrada diretamente a Nicolau, na tentativa de obter melhoras nas condições de trabalho, para que os próprios trabalhadores pudessem ajudar a retirar a Rússia da agravada crise.

Mas naquele domingo, 9 de janeiro, o Tsar não estava em São Petersburgo, e quem recebeu os trabalhadores foi Vladimir, tio de Nicolau, que tratou da proposta como uma afronta e ordenou que a guarda imperial atirasse contra os manifestantes.

O ocorrido ficou conhecido como Domingo Sangrento, com mais de 100 trabalhadores mortos e outra centena ferida. A guarda que atirou contra a população era composta por cossacos, que obedeciam às ordens sem questionar. Os Tsares sabiam que nem sempre teriam o apoio da população e, por isso, usavam uma guarda própria

composta por mercenários de outra etnia, no caso os cossacos, que não se importaram em avançar contra os russos.



Domingo Sangrento

A derrota e o massacre foram somados à insatisfação popular e revoltas começaram a se desencadear por todo o reino. Foi nessa mesma época que ocorreu os eventos do encouraçado Potemkin, quando, durante um treinamento, um marinheiro se revoltou ao notar que a sopa servida a bordo para os tripulantes se usava de carne podre, infestada de vermes.

Os marinheiros do Potemkin se revoltaram contra seus superiores, que comiam do bom e do melhor. A situação se agravou rapidamente e tiros foram dados contra os capitães e oficiais. E quando o encouraçado aportou em Odessa, diversos populares saíram em apoio aos marinheiros rebeldes. Quando a notícia do motim chegou ao Tsar, ele ordenou a contenção da população. “Se a situação não for contida agora, virará um mar de sangue amanhã”, disse Nicolau ao ordenar à guarda cossaca para novamente atirar contra os marinheiros e civis.

Após os massacres, na tentativa de conter os anseios da elite, o Tsar publicou o Manifesto de Outubro, transformando seu governo numa monarquia parlamentarista, tendo o DUMA como equivalente ao Parlamento. O DUMA serviria para representar os populares no governo, porém, na prática, não possuía poder algum. Era nada mais que um órgão público para dar palpites.

O DUMA ficou dividido entre dois grupos: os liberais, que queriam uma Rússia aos moldes do Ocidente quanto aos direitos e à industrialização; e os sociais-democratas, que seguiam os ideais marxistas de uma revolução operária. Estes últimos formavam o Partido Russo dos Sociais-Democratas, cujos líderes atuavam em exílio, espalhados em diversos países europeus.

Por sua vez, dentro dos sociais-democratas, havia duas frentes opostas: os bolcheviques, liderados por Lenin, com tendências revolucionárias mais extremistas; e os mencheviques, liderados por Martov, que era mais brando e contava com apoiadores da elite.

Mas o DUMA interferiu de forma mínima ou nula na política, pois o Tsar poderia ignorar quaisquer que fossem suas decisões. Tanto que proibiu os grupos mais revolucionários de atuarem, deixando o DUMA somente para conservadores que apoiavam as reformas propostas pelo próprio Tsar.

Mas isso nunca impediu o trabalho cultural dos soviets, que ganhavam força conforme o governo crescia em suas crises. Os soviets dominavam territórios nos bairros de maioria trabalhadora e instigavam greves e revoltas, ameaçando aqueles que não obedecessem.

A REVOLUÇÃO RUSSA

Quando estourou a Primeira Guerra, o que ia mal piorou drasticamente. A crise econômica era tão profunda que os trabalhadores faziam greves por falta de pão. Se o Estado russo não conseguia fornecer nem mesmo pão, esse alimento básico e universal, por que os trabalhadores lutariam pelo Tsar?

No início, os soldados marcharam contra a Alemanha com um forte patriotismo, mas após alguns meses esses ideais de honra não faziam mais sentido. Dentro e fora da Rússia, soldados começaram a desertar ou a fazer motins contra seus superiores. Enquanto isso, nas cidades, as greves ficavam cada vez mais frequentes.

Para incentivar as greves, os soviets inventavam propagandas sobre ocorridos de abusos. Um caso famoso foi de uma mentira espalhada que causou um levante de trabalhadoras na Rússia. A greve feminina foi depois usada como motivo para instaurar o Dia Internacional da Mulher, mas a causa do motim foi mera propaganda política.

Em 1917, durante a Revolução de Fevereiro, rebeldes invadiram o Palácio de Inverno onde estava o Tsar e sua família, quando nem mesmo os cossacos obedeceram às ordens de conter o levante. Cercado, Nicolau II abdicou do trono. A abdicação de Nicolau foi bem vista por diversas nações, sendo uma ação elogiada



pelo próprio Churchill, primeiro-ministro da Inglaterra. Nicolau e sua família foram exilados e ficaram sujeitos à guarda bolchevique até 1918, quando os revolucionários decidiram por assassinar toda a família real.

As ações revolucionárias derrubaram mais um império, e a Rússia seguiu sob um governo provisório liderado por Alexander Kerensky (1881-1970). Kerensky foi um dos líderes dos mencheviques e decidiu por continuar na guerra e se aliar os burgueses. Mas sua atuação era limitada, pois os soviets, liderados pela oposição bolchevique, ainda tinha maior influência em seus territórios.

Enquanto isso, os bolcheviques discutiam se poderiam usar da guerra para continuar a revolução para fora da Rússia ou se saíam do conflito para resolver os problemas internos. Até mesmo o formato da revolução era discutido, pois a Rússia tinha pouca indústria o que colocava em xeque a ideia de revolução proletária proposta por Karl Marx. Foi proposto que a industrialização fosse incentivada pelo Estado para que o Estado manipulasse a continuidade da revolução.

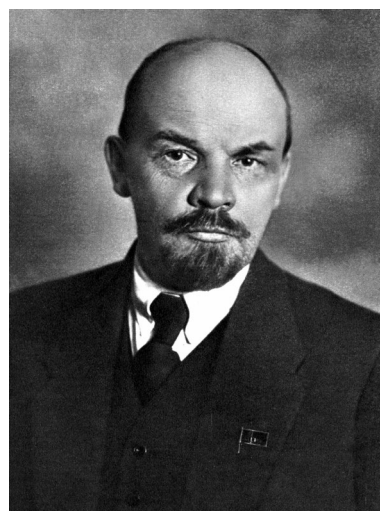
A Revolução Russa de 1917, organizada por uma elite intelectual e política, foi na verdade um golpe de Estado, onde os trabalhadores foram cooptados a atuar pela causa de um pequeno grupo revolucionário.

E como Kerensky não parou com a guerra, a Alemanha enviou Lenin à Rússia, para que assumisse o governo. Os soviets russos esperavam por Lenin e começaram a atuar para colocá-lo no poder. Os principais aliados ideológicos de Lenin eram Trotsky e Stalin, que atuavam tanto na organização armada quanto intelectual dos revolucionários.

Em novembro de 1917 foi feita uma nova revolução: o governo seria liderado por sindicatos, cujos líderes eram soviets apontados por Lenin. Estes teriam poder policial e de coordenação da distribuição econômica em seus territórios, além de poderem decidir sobre as questões militares do país. Além disso, todos os bancos e indústrias na Rússia foram nacionalizados.

Com Lenin, a Alemanha conseguiu o que queria: a paz entre Rússia e Alemanha foi realizada pelo Tratado Brest-Litovsk.

A Revolução Russa, assim como a Revolução Francesa, não será bem vista pelas outras nações por causa da forma de atuação no desmantelamento das estruturas que sustentam o poder dos impérios. E a arma que a Alemanha soltou na Rússia não tardou para se virar contra ela mesma. As ideias revolucionárias começaram a crescer dentre os soldados alemães que, após tantos anos de conflitos, perderam as esperanças, e ainda sofriam nas mãos dos seus superiores.



Lenin

E no fim, Lenin traiu a Alemanha. Selou a paz, mas não fez uma aliança. Ao invés disso, deixou a guerra completamente, para continuar com a revolução em seu país.

A saída da guerra, contudo, não foi sem perdas significativas. A Rússia cedeu territórios que obtinha enquanto Império, perdendo regiões ricas em carvão e parte da sua

população. Além disso, o tempo que se dedicou à guerra afetou sua economia negativamente.

Para a revolução se manter, Lenin precisou montar um exército próprio, o Exército Vermelho, que, juntos dos membros do partido, tinham preferência na divisão dos lucros e da alimentação. Com a estatização de toda a produção interna, os camponeses perderam o incentivo à produção por não obterem lucro. Com isso, em 1921, a Rússia produzia apenas 1/50 do que produzia pré-guerra. O fracasso da revolução socialista foi tão severo que foi necessária a realização da NEP (Nova Política Econômica) que imitava elementos do capitalismo.

A NEP permitiu a volta do mercado, restaurou uma classe de mercadores e permitiu a produção privada. Mas o Estado ainda fiscalizava tudo, inclusive a liberdade da população.

Em 1922, a Rússia se tornou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS. Teve sua primeira Constituição em 1924, no mesmo ano da morte de Lenin, dando início à disputa entre Stalin e Trotsky pela sucessão do governo.

ATIVIDADES

1. De que maneira as Guerras Napoleônicas incentivaram uma mudança cultural na Rússia?
2. Quais fatores geraram a desaprovação popular contra o TSar Nicolau II?
3. Como era a situação dos soldados russos que lutaram na Primeira Guerra Mundial?
4. Qual era o interesse alemão em Lenin?
5. Quais as consequências da Revolução Russa?



AULA 16

O QUE RESULTOU DA SEGUNDA GUERRA

Terminada a Segunda Guerra Mundial e após diversas reuniões e acordos entre Estados Unidos, Inglaterra e Rússia, esta última começa seu avanço territorial sobre o Leste da Europa como lhe foi permitido fazer. Boa parte do território antes conquistado pela Alemanha Nazista, passava a ser propriedade do novo Império russo chamado de União Soviética.

Enquanto isso, a própria Berlim, capital da Alemanha, foi dividida entre as nações vencedoras da guerra, deixando sua porção leste para os soviéticos e a porção oeste dividida entre os EUA, Inglaterra e França, que se propuseram a reorganizar a nação derrotada com uma nova política democrática e menos bélica.

Contudo, o avanço soviético pretendia ir além do acordado causando preocupações no Ocidente liberal capitalista que via nos comunistas uma ameaça ao seu *status quo*. Em 1947, o presidente americano Harry Truman fez um pronunciamento de apoio à Grécia e à Turquia, para que ambas as nações resistissem ao avanço da União Soviética e sua política obscura.

Tal pronunciamento é tratado como o início do período da Guerra Fria, que se estende até 1989; e início da Doutrina Truman, que colocou os Estados Unidos como principal protetor do Ocidente contra os avanços do comunismo soviético.

A GUERRA FRIA

A Guerra Fria se configura como sendo o conflito entre as duas superpotências econômicas mundial consolidadas após as duas guerras mundiais: a União Soviética, com seu comunismo, e os Estados Unidos da América, com seu liberalismo capitalista.

Contudo, essa guerra não será feita por conflitos diretos, pois o mundo todo temia por uma destruição global depois que conheceram os efeitos da bomba nuclear. Ambas as nações inimigas possuíam poderes



suficientes para destruir o inimigo, ou ao menos assim acreditavam. Por isso, seus conflitos serão realizados via Guerras de Procuração, conhecidas como *Proxy Wars*, onde as forças opostas evitam conflitos diretos, mas guerreiam em países menores, de importância geográfica e comercial.

Ao mesmo tempo, será dado início a uma corrida entre as nações para ver qual possuía melhor tecnologia armamentista e espacial. Impedidos de um combate direto, venceria aquele que provasse que o seu modelo político e econômico fosse mais próspero na ciência e na economia.

A Doutrina Truman começou com o Plano Marshall, ou Programa de Recuperação Europeia, que será proposto pelo Secretário de Estado americano, George Marshall.

Assinado em 1948, o Plano Marshall investiu 13 bilhões de dólares na reconstrução de 17 países europeus e no incentivo da atividade industrial, agrícola e no livre comércio desses países.

Com os países europeus ocidentais se aliando aos Estados Unidos e seu modelo de governo, a União Soviética reagiu se retirando das conversações sobre a restauração da Europa, acusando os americanos de favorecerem somente a si mesmos. E para disputar em mesmo nível, criaram o COMECON (Conselho de Assistência Econômica Mútua) em 1949, que era a coordenação política e econômica dos países aliados ao regime comunista soviético.

No mesmo ano, a porção ocidental da Europa formaliza sua aliança com os Estados Unidos e com o Canadá na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O gesto foi uma reação direta às tropas soviéticas existentes nos países aliados da URSS na Europa oriental.

O ano de 1949 também é marcado com a adesão da China ao comunismo e do primeiro teste soviético de uma bomba nuclear. O ano seguinte é marcado pelo início das Guerras de Procuração, com a China invadindo o norte da Coreia.

China e Rússia se aliaram para ganhar o controle dos países asiáticos com saída para o mar. Posicionados no que um dia foi a antiga Rota da Seda, os portos desses países possuem grande relevância comercial e o domínio da região passou a ser disputado entre comunistas e capitalistas.

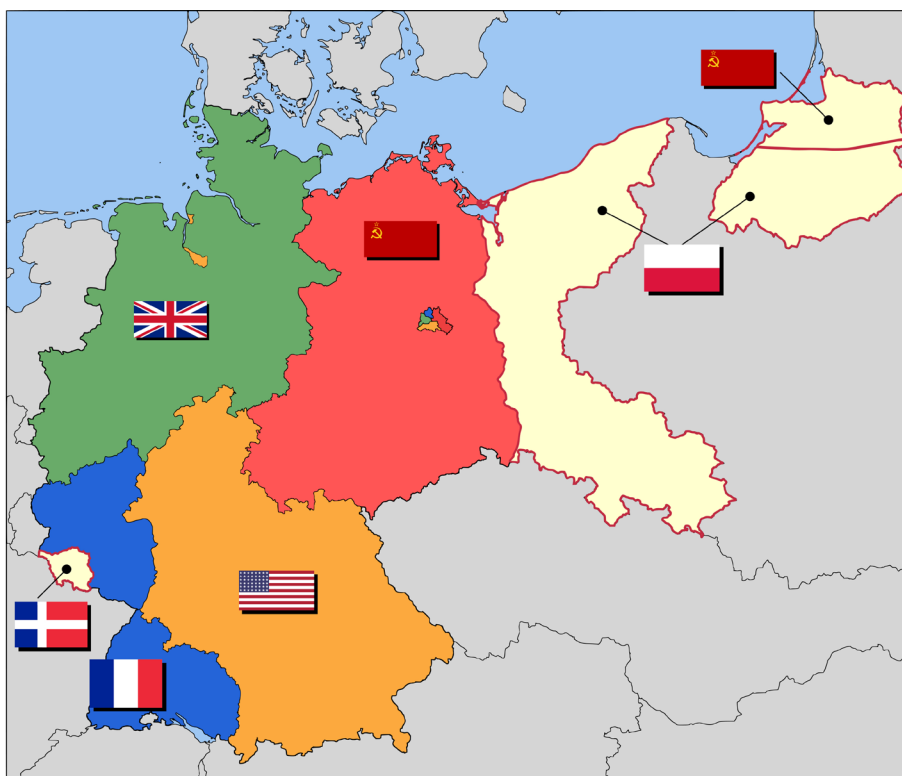
Truman mandou apoio americano pelo sul do país asiático invadido, na tentativa de impedir que o comunismo tomasse toda a Ásia. O medo americano do avanço comunista é que sua política sempre foi feita de forma fechada e as informações que saiam da URSS eram confusas. Enquanto o Ocidente fazia uma política de mercado aberto, os comunistas fecharam seus mercados e políticas, censuraram seu povo e controlaram todas as informações que entravam e saiam de seus domínios.

O conflito na Coreia não será facilmente resolvido e terminará numa divisão do país que se estende até hoje. E não será o único. De grande importância é a Guerra do Vietnã, que teve início em 1961 e marcou a História pela decisão dos Estados Unidos em deixar

o conflito antes de uma vitória decisiva. Tais conflitos serão vistos mais de perto em outra aula.

A DIVISÃO DO MUNDO

A União Soviética e seus países aliados do Leste europeu criaram o Pacto de Varsóvia em 1955. O Pacto foi uma aliança militar socialista entre os países-membros, o que na verdade deu à Rússia o controle das forças militares de todos os países satélites que eram aliados ou dependentes. O plano realizado por Nikita Khrushchev (1894-1971), líder do Partido Comunista da União Soviética, visava aumentar o controle do comunismo nesses países menores e impedir qualquer manifestação de dissidência.



Entre os países-membros da OTAN e os países-membros do Pacto de Varsóvia, formou-se a chamada Cortina de Ferro, uma região de constantes atritos entre os países do Ocidente com os do Oriente. Essa divisão do mundo se materializou no Muro de Berlim, construído em 1961 e que dividiu a capital da Alemanha em duas partes de políticas opostas e inimigas.

Berlim foi oficialmente dividida em 1949, separando a Alemanha em dois países: a República Democrática Alemã no lado oriental, representando o comunismo; e a República Federativa Alemã no lado ocidental, representando o capitalismo.

Desde 1948 Stalin se preocupava com a comunicação entre os dois lados de Berlim, pois após a crise econômica russa, muitos civis começaram a migrar para a Alemanha ocidental. O ocorrido fez Stalin decretar um bloqueio entre os dois lados, que veio a ser reforçado em forma de um muro físico durante o governo de Khrushchev. O muro tinha 45 quilômetros de extensão, era reforçado com arame farpado, torre de vigia, fios

eletrificados e soldados armados presentes na guarda 24 horas por dia. O bloqueio era tão severo que até mesmo sinais de rádio foram cortados entre os dois lados do muro, ainda que rádios clandestinas ocidentais tentassem ajudar seus companheiros orientais em suas fugas.

O SÉCULO DA ESPIONAGEM

Tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética, foram criados densos e estratégicos sistemas de espionagem para detectar e perseguir infiltrados inimigos enquanto tentava infiltrar seus próprios espões no território adversário.

Nessa guerra, a União Soviética conseguiu melhor resultado que os americanos. Como seu governo só possuía um único partido, toda a organização do Estado atuava em cooperação com o sistema de espionagem, fazendo com que quase todo civil que fosse filiado ao partido agisse como espião de alguma forma. A filiação ao partido e as ações que beneficiassem sua Inteligência davam aos civis benefícios e garantias, a ponto de quase todo russo viver como se estivesse vigiando ou sendo vigiado.

Na União Soviética operava a KGB (Comitê de Segurança do Estado), que criou um sistema chamado de “enquadramento”, onde difamavam adversários fabricando falsas acusações sobre eles via a manipulação de documentos. O serviço de inteligência soviético criava um “novo” passado para o indivíduo com documentos falsos e divulgando a informação por todo o país. A história criada era usada para justificar a perseguição e prisão de muitos que fossem suspeitos de trabalhar para o inimigo.

Muitos desses enquadramentos foram rapidamente desmascarados na mídia ocidental, mas como toda circulação de informação era controlada na URSS, sua população acreditava nas declarações do seu governo e não possuía acesso às mídias internacionais.

O uso do método do enquadramento foi tão realizado que hoje é quase impossível obter precisão sobre a história soviética. Quase toda força interna opositora à ditadura comunista era enquadrada e acusada de ser espiã sionista ou colaboradora nazista, justificando suas prisões em *gulags*, prisões que funcionavam como campos de trabalho forçado que existiam nos cantos mais extremos da Rússia.

Enquanto isso, criminosos e corruptos que atuavam em favor do Estado soviético passavam pela situação oposta e eram retratados como grandes heróis da pátria. Para controlar o presente, os comunistas alteravam o passado.

A Alemanha Oriental agia de mesma forma. A Stasi, a Polícia Secreta e a Inteligência do Partido, controlada pela KGB, infiltrou espões na Alemanha Ocidental. Acredita-se que 1 a cada 4 líderes da oposição eram agentes comunistas. A Stasi contava com 12 mil



Brasão da KGB

funcionários fora da Alemanha comunista, que atuavam roubando segredos industriais e políticos em países capitalistas.

Quando caiu o muro de Berlim, os agentes da Stasi começaram a picotar e queimar seus arquivos até que o edifício fosse tomado no dia 15 de janeiro de 1990. Até hoje seus papéis ainda estão sendo recolados na esperança de um dia descobrir exatamente o que acontecia na Alemanha comunista. Ao total, são 111 quilômetros de prateleiras e 41 milhões de documentos a serem examinados. A Stasi foi o maior sistema de espionagem do mundo e um dos mais eficientes. A opressão era tanta que toda uma população vivia em constante paranoia.

ENQUADRAMENTOS

O Rei Michael I (1921-2017) da Romênia liderou um golpe de estado contra o governo pró-nazista do seu país em 1944, rompendo com a aliança do seu reino com a Alemanha e tirando-o da Segunda Guerra. O feito heroico do Rei foi reconhecido tanto pelo americano Harry Truman quanto pelo soviético Stalin. Este premiou Michael com a medalha da Ordem Soviética da Vitória e com dois aviões, pois o Rei era piloto. O líder do Partido Comunista Romeno, Gheorghe Gheorgiu-Dej, após ser liberto do cárcere nazista, foi mostrado pela mídia da época se ajoelhando perante o Rei e beijando sua mão.

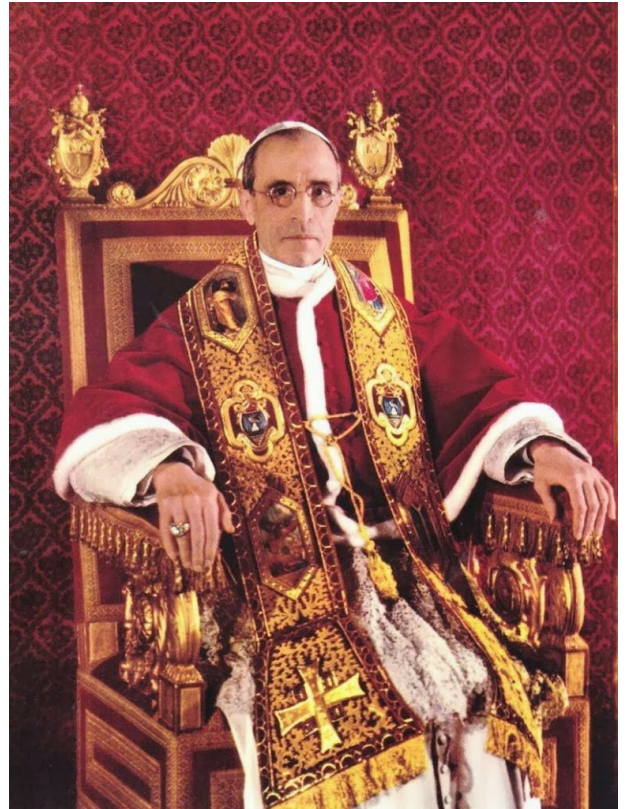
Três anos depois, Gheorghe foi feito governante romeno por Stalin e o Rei Michael foi enquadrado para que não se opusesse ao crescimento da ditadura comunista. Michael foi acusado de ter sido cooperador nazista e expulso da Romênia.

Durante o governo comunista na Romênia, um ostentoso projeto de uma ponte que ligasse o Danúbio ao Mar Negro exigiu materiais e gastos que o Estado não poderia pagar. Gheorghe teve de cancelar o plano, mas não poderia fazê-lo de forma que denunciasse as falhas do Estado comunista e, para isso, culpou supostos espiões ocidentais pelo fracasso da construção.

O governante comunista anunciou na imprensa que a equipe de trabalhadores da obra possuía diversos espiões, levando vários de seus engenheiros e operários a serem enforcados em público.

Mas a maior perseguição foi contra a Igreja Católica no Leste europeu. Durante todo o governo comunista, mas, principalmente, pelas mãos de Stalin e Khrushchev, cardeais, bispos e padres católicos foram enquadrados e presos em campos de concentração, acusados de perversões, alianças com os ocidentais ou simpatia com o nazismo.

Como o martírio fortalecia a Igreja por levar muitos à conversão, a prisão de sacerdotes sob falsas alegações que traíam a própria fé foi uma arma de grande eficiência utilizada pelos comunistas e que funciona até hoje.



Papa Pio XII

No dia 3 de junho de 1945, um dia após a Rádio do Vaticano transmitir uma fala do Papa Pio XII sobre o “espectro satânico do nazismo”, a Rádio de Moscou anunciou para toda a União Soviética que o Papa Pio XII era o “Papa de Hitler”.

O pronunciamento soviético não convenceu o Ocidente, pois vastos documentos provavam que o Papa havia ajudado inúmeros judeus a fugirem da Alemanha, além de ter convertido diversos e sempre ter se pronunciado contra o nefasto regime nazista. Contudo, por décadas, a população russa acreditou no “conto do vigário” e até hoje, historiadores mal-intencionados reproduzem o boato como se fosse verdade.

ATIVIDADES

1. Por que as grandes forças oponentes da Guerra Fria nunca se enfrentaram diretamente?
2. De que maneira eram feitos os enfrentamentos indiretos dessas superpotências?
3. O que justifica o medo americano do “avanço vermelho” comunista?
4. O que é o “enquadramento” realizado pela KGB?
5. De que maneira era garantida a eficiência de uma mentira contado pelo Estado?



AULA 19

A IGREJA COMO BASE PARA OS DIREITOS HUMANOS



Igreja Católica sempre anunciou e defendeu os direitos humanos, mesmo quando esse conceito ainda não era algo definido. A Sagrada Escritura se inicia falando da dignidade do homem, criado por Deus como senhor da natureza (GN 1,26). No povo de Israel, os profetas falavam de um direito que é devido ao pobre, tipificados na viúva, no órfão e no estrangeiro, as classes marginalizadas daquele tempo. E a dignidade do ser humano é elevada novamente na Encarnação do Verbo, com o Cristo armando sua tenda entre nós (Jo 1, 14). É Jesus Cristo quem revela ao homem o próprio homem.

Ao longo da História, a Igreja se manifestou quando uma pessoa não era respeitada em sua dignidade. Os Padres dos primeiros séculos da Igreja, como Ambrósio, Agostinho, Basílio, Atanásio, João Crisóstomo entre outros, já clamavam o direito dos pobres e indigentes. Durante a época das Grandes Navegações e colonizações, a Igreja saiu em defesa dos direitos dos indígenas, como vemos nas pregações de Bartolomeu de Las Casas e Antonio de Montesinos. Considerado o criador da ideia do direito dos homens, Francisco de Vitória, frade espanhol, foi um incansável defensor dos direitos dos povos recém-descobertos na América espanhola. Sua grande obra, inclusive, foi elaborar um conjunto de princípios para colocar fim às discriminações contra os povos indígenas.

FRANCISCO DE VITÓRIA

Francisco de Vitória (1486-1546), era receoso quanto à ideia de justiça dos conquistadores espanhóis durante a colonização do Novo Mundo. Como um frade, ele se recusava a concordar que uma guerra deveria ser feita contra um povo pelo simples fato dele ser pagão ou de recusar a conversão, pois a fé é um ato da livre vontade e não pode ser forçada. Nem os pagãos poderiam ser punidos pela



Monumento a Francisco de Vitória

desculpa de ofenderam a Deus, pois os próprios cristãos cometem as mesmas ofensas que os idólatras.

Francisco também dizia que o Papa não teria o direito de dar aos conquistadores europeus qualquer domínio sobre os povos primitivos. O máximo que ele poderia fazer era incentivar e organizar o trabalho dos missionários. Para o frade, os pagãos tinham direito à propriedade e escolha sobre seu próprio líder, pois não são irracionais. E por isso, um explorador não pode falar de descoberta como se as terras da América não fossem previamente habitadas. A única justificativa para uma guerra de conquista seria para proteger os inocentes dos ritos de canibalismo e sacrifícios humanos.

Caso um líder cristão tenha poder sobre uma colônia, é seu dever beneficiar de igual forma aqueles nativos à terra colonizada e enviar oficiais capacitados para observar e fazer valer as leis. O cristão deve enxergar o índio como enxerga qualquer homem europeu.

Os escritos de Francisco sobre a guerra, visavam limitar os horrores das batalhas modernas. Em princípio, as guerras apenas seriam justificadas em casos de autodefesa ou para endireitar algo muito errado. Mesmo assim, antes de qualquer guerra, deve-se primeiro exaustar as tentativas de conciliação. Um líder também deve ser capaz de medir sua força e não causar mais mal do que bem. Pessoas inocentes não devem ser mortas, apenas se for absolutamente impossível de distingui-las dos inimigos agressores. Por fim, se a consciência de alguém lhe disser que tal guerra não é justa, ele não deve tomar parte nela.

A influência de Francisco de Vitória foi tanta, que lhe foi pedido, em 1539, para que enviasse seus pupilos para fundarem uma Universidade no México. Francisco teve mais de 5000 pupilos, dos quais muitos assumiram grandes cargos na Universidade de Salamanca e na Universidade Santo Tomás de Aquino, ambas localizadas na Espanha.

Francisco de Vitória é também apontado como o fundador da ideia de uma lei internacional. Contudo, por mais que seja verdadeira sua busca por uma unidade em toda



Retrato do Papa Gregório XVI

a humanidade, suas ações não atuavam como leis ou tratados, apenas como lições de moral, algo para vir a tornar-se senso comum durante o desenvolvimento das nações.

O PAPA GREGÓRIO XVI CONTRA A ESCRAVIDÃO

Na época moderna, o Papa Gregório XVI (1831-1846) condenou a escravidão dos negros e com a Bula *In Supremo Apostolatus* (1839) contribuiu para o fim deste tráfico perverso.

Gregório lembra os cristãos do tempo em que eram miseráveis; antes um grande povo e líder em seus combates, caíram todos às condições mais cruéis como escravos. Os próprios Apóstolos falavam aos escravos para que obedecessem aos seus mestres no que é da carne, mas que obedecem principalmente ao Cristo, que lhes garante a liberdade eterna. Ao mesmo tempo, pediam aos mestres para que fossem bons para com seus escravos, que dessem a eles o que fosse justo, que não os ameaçassem, e que nunca se esquecessem daquele que é Mestre de todos, dos escravos que vivem hoje no paraíso, pois para Deus não há distinção dentre as pessoas.

Com o enfraquecimento do paganismo e a conversão destes nos tempos medievais, com o crescer da Caridade cristã e da mentalidade do doar-se para o bem alheio, os homens das nações cristãs puderam gozar de uma sociedade com um pequeno número de escravos. Mas homens de fé cegaram-se a si mesmos pelos desejos sórdidos de obter grandes ganhos em terras distantes, não hesitando em reduzir povos à escravidão, ou a comercializar aqueles que se tornaram escravos pelas mãos de outros, agindo em favor de suas práticas. Os Papas desses tempos já previam que atuar contra a ganância do homem faria com que os homens voltassem sua raiva contra a verdadeira Religião.

O Papa Paulo III, no século XVI, focou suas ações e escritos contra a escravidão. Depois, Urbano VIII, no século seguinte, condenou, particularmente e severamente, todos aqueles que ousassem reduzir à condição de escravo qualquer indivíduo para vendê-lo, comprá-lo, trocá-lo ou dá-lo; separá-lo de sua família, esposa e filhos; despojá-lo de seus pertences e propriedades; conduzi-lo ou transportá-lo para outras regiões, ou depravá-lo de suas liberdades de qualquer forma; retê-lo em condição de servidão, ou mesmo se desse conselho, favor ou socorro para aqueles que agem desta forma, mesmo aos que dão alguma desculpa para justificar sua ação.

Benedito XIV confirmou e renovou as penalidades dos Papas anteriores e direcionou sua Carta Apostólica, de 20 de dezembro de 1741 aos Bispos do Brasil e de outras regiões, e os estimulou para que apresentassem sua solicitação aos próprios governadores locais.

Por fim, o Papa Gregório termina sua Bula reprovando, em virtude de sua Autoridade Apostólica, todas as práticas da escravidão, e afirmando que não é digno de um cristão esse ato. Com a mesma Autoridade, ele proíbe qualquer membro eclesiástico ou leigo de sequer defender, de forma pública ou privada, a prática da escravidão independentemente da desculpa.

A IGREJA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS MODERNOS

Leão XIII (1878-1903) iniciou a Doutrina Social da Igreja com sua encíclica *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. Na encíclica, o Papa condena as soluções propostas pelos socialistas para solucionar as condições dos trabalhadores operários que estão entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada.

Condena também a usura, tantas vezes condenada pela Igreja, e que nunca antes foi tão voraz, praticada por homens ávidos de ganância e de insaciável ambição

Se os socialistas propõem soluções incitando um ódio invejoso nos pobres, a Igreja busca por reconciliação. Ao invés de luta, a Igreja pede pela concórdia das classes. “O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. Foi a natureza, realmente, que estabeleceu entre os homens



O Navio Negroiro – Por William Turner

diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. [...] O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males. [...] A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens.”

No continuar da encíclica, Leão defende diversos direitos dos trabalhadores, como o direito a férias, diminuição da rotina de trabalho, compensação em caso de acidente e pelo direito do trabalhador de manifestar-se contra injustiças sofridas. E para isso também aponta os deveres dos patrões, de como serem justos com seus funcionários.

Por último e mais recente, o Papa João XXIII (1958-1963) publicou em sua encíclica *Pacem in Terris* um reforço à Declaração dos Direitos Humanos propostos pela ONU. Escreve o Papa:



Papa Leão XIII

“Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis.”

Em linhas gerais a Encíclica, dispõe que os direitos sociais são um dever de justiça e que o Estado é obrigado a garantir tendo em vista a dignidade da pessoa humana e o seu direito à vida.

ATIVIDADES

1. Autores modernos acusam a Igreja Católica de ter feito um longo silêncio sobre os Direitos Humanos até que, em tempos modernos, foi publicada a *Rerum Novarum*. É correto afirmar que a Igreja ignorou esse assunto até ser pressionada por uma mentalidade moderna de igualdade?

2. Qual foi a grande contribuição da Tradição da Igreja para os direitos modernos?

3. É correto ao cristão tratar de forma diferente o pagão por suas práticas idólatras? Justifique.

4. Como a Doutrina Social da Igreja propõe a solucionar os problemas dos abusos cometidos contra as classes mais pobres?



AULA 24

O QUE É RACISMO?



s termos ‘racista’ e ‘racismo’ surgiram entre o final do século XIX e início do século XX, para designar aqueles que promoviam a teoria racial com a hierarquia de raças. Na enciclopédia jurídica da PUCSP, o verbete ‘racismo’ é definido da seguinte forma:

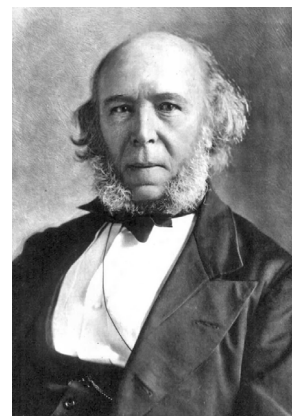
“O racismo é uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora relacionado, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo acerca de um determinado grupo racial baseado em estereótipos que podem ou não em práticas discriminatórias nocivas. Nesse sentido, considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos e orientais ‘naturalmente’ preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.”

O preconceito e a discriminação sustentam o racismo, e este, por sua vez, se torna “Um fenômeno histórico cujo substrato ideológico preconiza a hierarquização dos grupos humanos com base na etnicidade. Diferenças culturais ou fenotípicas são utilizadas como justificações para atribuir desníveis intelectuais e morais a grupos humanos específicos” (definição do Ministério da Justiça).

DARWINISMO SOCIAL

Em sua pesquisa, o biólogo Charles Darwin (1809-1882) estendeu a teoria da evolução e da seleção natural para o ser humano. Essa sua teoria obteve grande fama durante as últimas décadas do século XIX e no início do século XX, influenciando a maneira como a sociedade humana é vista. Mais tarde, o filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903) adicionou à teoria a famosa frase “sobrevivência do mais apto”.

A continuidade da teoria deu-se pelos darwinistas sociais: Spencer e Walter Bagehot, ambos ingleses, e o americano William



Herbert Spencer

Graham Summer, que acreditavam que a seleção natural agia nas várias populações humanas ao redor do mundo com a sobrevivência dos melhores competidores resultando num contínuo aprimoramento das sociedades. Esta, por sua vez, passa a ser entendida como um organismo que evolui igual a um animal. Não tarda para que tal teoria passe a ver certas classes sociais, culturas e etnias como inferiores.

A teoria deu suporte ao imperialismo e colonialismo, e por sua vez ao racismo, com aqueles que se consideravam superiores e mais avançados tentando reformar as sociedades apontadas como inaptas a sobreviverem ao mundo moderno. E a principal medida a ser usada para justificar o sucesso de uma cultura era a sua riqueza.

Muitos dos homens brancos ocidentais, adeptos do darwinismo social, viam a si mesmos como descendentes de espécies diferentes das que deram origens aos homens negros e baseavam essa ideia nas diferenças culturais, étnicas e geográficas entre ambos os povos. Aplicando a teoria da evolução, a conclusão que chegavam era que algumas raças eram superiores a outras, e que personalidade, cultura, moral, e aparência eram forjadas pela raça. Disso surgiu a segregação entre brancos e negros ocorridos em vários locais do Ocidente e na África, quando o homem negro passou a ser visto como incapaz de se adequar à sociedade branca ou até mesmo de receber uma mesma educação.

Foi somente por volta de 1980 que a teoria foi descreditada quando se provou que todo ser humano pertence à uma mesma raça e à uma mesma origem. A ideia de que as diferenças étnicas e culturais sejam resultados de diferentes raças humanas nunca passou de uma invenção sem base científica.

ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA DO SUL

Na América do Norte e na África do Sul, durante o Apartheid, o racismo ditava que as raças diferentes (brancos e negros nesse caso) deveriam ser segregadas um da outra, com cada uma possuindo sua própria comunidade e instituições, como igrejas, escolas e hospitais; além disso, alegavam que o casamento entre raças diferentes era uma prática antinatural.

Por muito tempo o racismo foi professado abertamente junto da crença de que as ‘raças inferiores’ deviam ser limitadas aos trabalhos inferiores, deixando as decisões políticas e econômicas para os brancos dominantes. Os negros nesses territórios vivam em constante ameaça de violência física e verbal pelos brancos, o que causava um efeito intensamente negativo nas suas condições individuais e sociais.



Placa na África do Sul durante o Apartheid

A longa duração dessas ideologias raciais espalhadas mundo afora pelo imperialismo e colonialismo deixaram uma sensação de inferioridades nas culturas colonizadas, o que causou ressentimento e hostilidade, mesmo após suas independências.

MOVIMENTOS DE OPOSIÇÃO

Em vista dos males gerados pelas políticas racistas, várias sociedades começaram a combater o racismo por meio de políticas públicas de conscientização sobre as questões humanas. Adicionalmente, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou sua Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nos Estados Unidos, a prática do racismo foi fortemente combatida em movimentos pelos direitos civis ocorridos entre as décadas de 1950 e 1960. As leis que reforçavam a segregação e a discriminação racial contra os negros foram gradativamente eliminadas. Em 1964, a vigésima quarta emenda à Constituição americana proibiu qualquer forma de limitação de voto às minorias étnicas, o que foi reforçado pelo Ato de Direitos ao Voto, instaurado no ano seguinte.



Léopold Sédar Senghor

As comunidades negras existentes na Europa e nos Estados Unidos foram as primeiras a se manifestarem contra a aberta prática de racismo pelos brancos ocidentais no movimento que ficou conhecido como *Négritude*, termo originalmente francês e que hoje se estende para todo movimento pelos direitos das pessoas negras fora da África.

O *Négritude* foi, originalmente, um movimento literário francês da década de 1930, liderado por Léopold Sédar Senghor (1906-2001), um poeta senegalense cuja escrita tinha o objetivo de escancarar a vida hostil sofrida pelos negros da sociedade ocidental.

Mas será que todo movimento de combate ao racismo e às discriminações baseadas em etnia, crença, sexo ou cultura são justas? Veremos agora como que diversos movimentos ditos antirracistas assumiram posições e finalidades enganosas:

QUANTO AO “RACISMO ESTRUTURAL”

Nos últimos anos o termo ‘racismo estrutural’ ganhou espaço no debate público universitário brasileiro e nas redes sociais. O termo foi cunhado pelo pesquisador Silvio Almeida e representa a teoria de que há na própria cultura ocidental uma forma de racismo velado mesmo quando suas leis dizem punir qualquer forma de discriminação racial.

O problema quanto ao uso do termo é que ninguém parece se lembrar que ele é uma teoria e não uma verdade, além disso, o próprio autor não explica o que ele quer dizer com a palavra ‘estrutural’ que é usada por diferentes filósofos e sociólogos modernos em

contextos distintos. Mais ainda, não sendo possível definir ao certo qual é essa estrutura e como ela funciona, fica impossível remediar a situação.

O mundo universitário brasileiro ficou abalado quando um notório pesquisador progressista, Munis Sodré, escreveu em um de seus livros que Almeida falha em confirmar sua tese por não definir bem sua teoria, além disso, ressalta que o termo somente possui a finalidade de angariar seguidores e não de resolver a questão, que é, na verdade, muito mais complexa.

Além disso, em outra publicação de Silvio Almeida onde ele reúne ensaios de diversos intelectuais brasileiros, estes afirmam um vínculo necessário e existente entre o combate ao racismo e o marxismo com sua luta de classes, alegando que o preconceito é fruto da cultura Ocidental, seu imperialismo, seu capitalismo e sua religião cristã.

Thomas Sowell, importante economista negro norte americano, esclarece em suas obras que o problema social é a desigualdade e não as diferenças entre as classes e etnias. A desigualdade aqui apresentada é quando um país apresenta um grande número de indivíduos em situação de pobreza extrema, sem acesso a bens básicos.

Aqui no Brasil, após a quebra da hegemonia feita por Sodré, outros autores se manifestaram contrários à ideia de racismo estrutural, inclusive afirmando que a discriminação racial é algo que precede o capitalismo e por isso não pode ser seu resultado.



Thomas Sowell

QUANTO AO “LUGAR DE FALA”

Aqui temos algo semelhante ao caso anterior: um termo sem definição. A primeira vez em que a expressão apareceu foi na obra de Djamira Ribeiro, mas apesar de explicar sua importância e como se usar dela, não definiu seu objeto.

O termo, contudo, não deixou de circular no ambiente acadêmico e no vocabulário das militâncias, e sua forma de uso e significado são adaptados às circunstâncias, já que a própria cunhadora do termo não os determinou.

De uma forma popular, se define o termo como sendo a chance de uma pessoa não historicamente privilegiada e de alta hierarquia social se pronunciar com igual importância. Ou seja, segundo a definição de privilégios da esquerda, quem não for branco, heterossexual e homem, pode requisitar seu lugar de fala para debater. Contudo, seu uso na prática não depende de sexo, etnia e situação social, pois não é qualquer mulher, nem qualquer negro que pode reivindicar esse direito, mas somente aqueles que estão de acordo com a agenda progressista.

Ou seja, tudo o que o lugar de fala diz promover, somente o faz dependendo de quem está a falar e quem está a escutar. A própria Djamira admite a existência de pessoas negras que nunca sofreram alguma forma de racismo, mas para esses casos diz que elas não seriam capazes de um raciocínio crítico para assumir um lugar de fala. Ou seja, não é uma questão de cor.

Jessé Souza, pesquisador e professor universitário, diz como o lugar de fala foi usado para dar privilégios de maneira forçada a específicas pessoas. Diz ainda que mulheres brancas e pobres, ainda que sejam uma minoria nas favelas, possuem uma cultura muito diferente de uma mulher negra de classe média. Qual é, então, o pretexto para que esta última tenha lugar de fala e a mulher branca pobre não?

MOVIMENTOS NEGROS

No dia 16 de setembro de 1931, foi fundada no Brasil, no centro da cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB) que, tendo entre 8 mil a 50 mil membros, dedicava-se ao combate ao racismo e defendia políticas voltadas às melhorias das condições de vida da população negra.



Jornal A Voz da Raça, lançado pela Frente Negra Brasileira

Oferecendo uma série de atividades aos sócios, como bailes, festas, aulas de música, atendimento médico e palestras sobre questões raciais e a situação política, a entidade, inicialmente rechaçada, logo passou a ter reconhecimento pela população.

No campo político-ideológico o grupo era claramente voltado aos ideais mais tradicionalistas. Com o lema “Deus, Pátria, Raça e Família” tiveram de lutar para ganhar reconhecimento tanto na direita quanto na esquerda. O movimento não queria lutar pelo reconhecimento de religiões ligadas à África, nem por um retorno ao continente africano, pois se reconheciam como brasileiros e cristãos.

Por causa dessas suas posições, pesquisadores recentes classificam a FNB como de extrema direita, próxima do fascismo e do integralismo. Arlindo Veiga dos Santos, um dos fundadores da FNB, monarquista e católico, é rebaixado a reacionário, ou até mesmo chamado de algoz pelos militantes progressistas modernos. É por causa dos movimentos negros progressistas que importantes figuras da luta contra o racismo e em prol dos direitos do povo negro, como o próprio Arlindo Veiga, André Rebouças, Barão de Guaraciaba e José do Patrocínio, são hoje figuras esquecidas na nossa cultura.

O indivíduo negro que não esteja alinhado ao pensamento progressista é tratado como quem não alcançou a “consciência negra”. Tal consciência, capaz de conceber privilégios, só é tida segundo o alinhamento ideológico da pessoa.

A campanha difamatória realizada por negros progressistas contra os negros não alinhados à mesma agenda é tão severa que alguns autores chegam a apontar o antirracismo contemporâneo como algo religioso. Mas como toda religião humana, falamos de uma crença sem abertura para a piedade.

O linguista americano McWhorter analisou o movimento antirracista de terceira onda dos Estados Unidos e observou nele o que aponta como sendo um “catecismo de contradições” que não faz nenhum sentido. Ou seja, o antirracismo se tornou um dogma religioso. A luta que esse movimento faz contra o debate heterodoxo também implica em uma luta contra os negros. Aquele que dentro dos grupos progressistas apresente uma opinião dissidente é “excomungado” do grupo.

O fenômeno é explicado também por Thomas Sowell ao dizer que os progressistas veem a si mesmos como “ungidos”, e não somente como detentores da verdade, mas como quem está acima de todos os demais e por isso pode julgá-los. Ir contra seus ideais não é somente estar errado, mas é algo tão grave quanto um pecado.

E para obterem destaque no debate público praticam duas ações: primeiro: demonizam o oponente; segundo: criam um vocabulário próprio para esconder suas fragilidades argumentativas.

Esse vocabulário próprio não somente cria novas palavras, mas também ‘infla’ palavras existentes atribuindo diversos novos significados a elas, fazendo com que definam qualquer coisa. É isso o que vemos sendo feito com as palavras terminadas em “-fobia” e “-ismos”, e também as que vimos em aula e muitas outras como “lugar de fala”, “apropriação cultural”, “racismo estrutural”, “eurocêntrico”, “afrocentrado”, etc.

A censura a qualquer indivíduo heterodoxo por sua religião, cor, cultura e classe social somente será exaltado por um outro indivíduo: o racista.

ATIVIDADES

1. Qual era a justificativa para a segregação entre os povos brancos e negros durante os séculos XIX e XX?
2. Quais foram as consequências deixadas pela cultura abertamente racista da época do neocolonialismo?
3. Quais precauções são necessárias quanto aos movimentos ditos antirracistas?
4. Quais os vínculos da ideologia progressista com os movimentos negros?
5. Por que o movimento dito antirracista nem sempre protege o povo negro?



AULA 27

QUANTO À POBREZA GLOBAL

Nas décadas seguintes à Revolução Industrial, havia poucas razões para se pensar que as pessoas pobres teriam o potencial de serem qualquer outra coisa além de pobres. Acreditava-se que a pobreza persistiria inevitavelmente. Pensadores até argumentavam que a pobreza era necessária para o avanço econômico, pois, sem ela, quem araria a terra. Quem trabalharia nas fábricas? Quem serviria como soldado? Para muitos, a necessidade de comprar alimento seria o incentivo necessário para que as pessoas buscassem tais trabalhos.

Apesar desta forma de pensar, permitiu-se que novas políticas fossem criadas para conter episódios de desastres, ajudando a manter uma estabilidade social durante as crises. Esse tipo de política que procura evitar o aumento da pobreza não é novidade no Ocidente nem no Oriente, e pode ser encontrado em civilizações dos tempos anteriores ao Cristo. Mas enquanto o suporte social em tempos de crise era um princípio comum a toda a elite, essa ajuda tendia a desaparecer em tempos normais, surgindo somente em períodos de calamidade. Isso revela que, por mais que tenha sempre existido paliativos que busquem prevenir o aumento da pobreza de uma nação, ou ações sociais que lutem contra a fome e a miséria, havia pouca ação política e pública que visasse reduzir a pobreza em si, pois essa sempre foi entendida como algo inevitável. Uma política de combate à pobreza em tempos de paz fazia pouco sentido para aqueles que compartilhavam do poder político.

Segundo a visão moderna, não apenas a pobreza é vista como um problema social, como se mostra possível de ser erradicada por ações sociais e públicas. Mas fazê-las nos parece necessitar de um crescimento econômico seguro e consistente. De fato, as políticas de erradicação da pobreza esperam contribuir com a diminuição das restrições materiais e no aumento das liberdades do indivíduo para que todos possam perseguir seus próprios interesses econômicos.

Essa transição da forma de pensar não ocorreu, contudo, sem enfrentamentos. Foram necessários os protestos de vários grupos sociais, sejam eles religiosos, trabalhistas, de direitos civis ou políticos, independentemente do lado, para forçar mudanças políticas e a devida atenção do Estado na luta pelo fim da pobreza em várias dimensões. A

resistência às mudanças foi forte, levando muitos homens corajosos a sacrificarem suas liberdades ou mesmo suas vidas nesses enfrentamentos que perduraram por séculos.

O novo milênio ainda enfrenta a existência de um bilhão de pessoas em estado de pobreza ao redor do mundo. Um bilhão de pessoas em estado de pobreza é o mesmo número estimado no mundo há 200 anos, com a diferença de que naquela época, um quarto da humanidade estava em estado de pobreza, enquanto hoje esse número caiu para um sexto.

A LUTA CRISTÃ CONTRA A POBREZA

No início do novo milênio, a pobreza de milhões de homens e mulheres é a questão que, em absoluto, mais interpela a nossa consciência humana e cristã. A pobreza põe um dramático problema de justiça: a pobreza, nas suas diferentes formas e consequências, caracteriza-se por um crescimento desigual



Criança de rua em Bangladesh

e não reconhece a cada povo igual direito a “sentar-se à mesa do banquete comum”. Tal pobreza torna impossível a realização daquele humanismo plenário que a Igreja almeja e persegue, para que as pessoas e os povos possam viver em condições mais humanas.

A luta contra a pobreza encontra uma forte motivação na opção, ou amor preferencial, da Igreja pelos pobres. Em todo o seu ensinamento social a Igreja não se cansa de reafirmar também outros princípios fundamentais seus: dentre todos prima o da destinação universal dos bens. Com a constante reafirmação do princípio da solidariedade, a doutrina social da Igreja estimula a passar à ação de promover o bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. O princípio da solidariedade, também na luta contra a pobreza, deve ser sempre oportunamente ladeada pelo da subsidiariedade, graças ao qual é possível estimular o espírito de iniciativa, base fundamental de todo desenvolvimento socioeconômico, nos países pobres: aos pobres se deve olhar ‘não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas dum futuro novo e mais humano para todo o mundo’.

Diante da complexidade do contexto econômico contemporâneo, é necessário que os princípios cristãos sejam conhecidos e acolhidos na atividade econômica mesma: quando estes princípios são ignorados, em primeiro lugar o da centralidade da pessoa humana, a própria qualidade da atividade econômica fica comprometida.

O empenho do cristão também se deve voltar à uma reflexão cultural sobre os atuais modelos de desenvolvimento econômico-social. A redução da questão do desenvolvimento a um problema exclusivamente técnico produz um esvaziamento de seu verdadeiro conteúdo que, na verdade, diz respeito à dignidade do homem e dos povos.

OS DESAFIOS MODERNOS: LIBERDADE

O combate da pobreza em nome das liberdades individuais pode parecer um bem em si mesmo, mas o mundo moderno, infectado de ideologias, que são o mesmo das heresias de outros tempos, nos leva a entender a liberdade como um fim em si mesmo, quando na verdade ela precisa ser separada da libertinagem.

O Padre Josémaria Escrivá nos leva à meditação do assunto:

“Por que me deixaste, Senhor, este privilégio, que me torna capaz de seguir os teus passos, mas também de te ofender?”

Chegamos assim a calibrar o reto uso da liberdade, se a encaminhamos para o bem; e a sua errônea orientação quando, com essa faculdade, o homem se esquece e se afasta do Amor dos amores. A liberdade pessoal - que defendo e defenderei sempre com todas as minhas forças - leva-me a perguntar com convicta segurança e também com a consciência da minha própria fraqueza: Que esperas de mim, Senhor, para que eu voluntariamente o cumpra?

Responde-nos o próprio Cristo: *Veritas liberabit vos*, a verdade vos fará livres. Mas que verdade é essa? Resumo-a assim: saber que saímos das mãos de Deus, que somos objeto da predileção da Trindade Beatíssima, que somos filhos de tão grande Pai.

Por isso, temos obrigação de defender a liberdade pessoal de todos, sabendo que foi Jesus Cristo quem nos adquiriu essa liberdade; se não agimos assim, com que direito podemos reclamar a nossa? Devemos difundir também a verdade, porque a verdade nos liberta, ao passo que a ignorância escraviza.” (Amigos de Deus)

A liberdade implica a possibilidade de escolher entre o bem e o mal e, por conseguinte, de crescer na perfeição ou fraquejar e pecar. A liberdade é característica dos atos propriamente humanos. Converte-se em fonte de aprovação ou de censura, de mérito ou demérito.

Na medida em que a pessoa pratica mais o bem, vai-se tornando mais livre. Não há verdadeira liberdade se não está ao serviço do bem e da justiça. A escolha da desobediência e do mal é um abuso da liberdade e leva à escravidão do pecado: “Mas graças a Deus, vós,



São Josémaria Escrivá

que fostes escravos do pecado, obedecestes de coração ao modelo de doutrina ao qual fostes confiados, e libertados do pecado, vos fizestes escravos da justiça”. (Rm 6, 17-18)

Em resumo, a liberdade torna o homem responsável pelos seus atos na medida em que estes são voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese ampliam o domínio da vontade sobre os próprios atos.

“Ante a pressão e o impacto de um mundo materializado, hedonista, sem fé..., como é possível exigir e justificar a liberdade de não pensar como “eles”, de não agir como “eles?... - Um filho de Deus não tem necessidade de pedir essa liberdade, porque Cristo já no-la ganhou de uma vez para sempre; mas deve defendê-la e demonstrá-la em qualquer ambiente. Só assim é que “eles” entenderão que a nossa liberdade não está aferrolhada pelo ambiente.” (Sulco)

OS DESAFIOS MODERNOS: EDUCAÇÃO

Também estamos acostumados a ouvir que a educação nos liberta, mas diferente do que nos ensina o Cristo, a educação propagada pelo mundo hoje situa-se muito distante da Verdade de Deus. Por mais que seja verdade que conhecimentos seculares são importantes ao homem, e quem nos ensina isso é Santo Agostinho, os rumos da educação moderna parecem querer guiar-nos ao precipício ao invés da salvação.

Não há educação possível sem valor e sem afetividade; por sua vez, todo valor e toda afetividade que contém na educação estão ligadas a uma visão de mundo e às finalidades pedagógicas que dela decorrem.

E o que dizem os pedagogos modernos? Que, em primeiro lugar, o objetivo da educação é a socialização positiva dos educandos. Nesse sentido, a educação deve consistir primordialmente em ação, e somente de modo secundário deve ser conhecimento.

Muitos pais queixam-se da crescente influência que grupos externos exercem sobre seus filhos. Esse fenômeno não é espontâneo. É o resultado de uma política de socialização deliberada, que visa afastar a referência das crianças dos núcleos familiares. O controle social efetua-se então pelos grupos mais receptivos às influências dominantes que passam a atuar também sobre as crianças.



Bandeira da UNESCO

E uma das principais dominantes da educação é a UNESCO, órgão auxiliar da ONU, responsável pelos rumos da educação mundial. O pesquisador Pascal Bernardin nos adverte sobre as intenções dessa organização:

“A educação para a paz, a concórdia entre as nações, o desarmamento, o civismo pacífico, a fraternidade humana, a consciência da interdependência entre as nações e ‘a

experiência da vida em uma sociedade multicultural’ não se poderiam satisfazer com o ensino da história como é feito atualmente. Desejar-se-ia eliminar os diversos conflitos entre nações, etnias ou religiões que, com ou sem pretensa razão, consistiriam em obstáculo à educação para a paz. Convém, portanto, reescrever a história, projeto essencialmente totalitário. Naturalmente, contudo, não se poderia compreender a história quando se busca sistematicamente ocultar todos os elementos que, opostos à ideologia oficial, são não obstante um de seus autênticos motores. Assim, pretende-se cometer uma verdadeira mutilação psicológica, que deve amputar, das gerações futuras, as suas raízes, bem como lhes impossibilitar toda a verdadeira compreensão política.”

No mesmo livro (Maquiavel Pedagogo), Bernardin comenta sobre um documento publicado pela UNESCO sobre “resolução dos conflitos sociais”: segundo os pedagogos que querem manipular a educação a fim de solucionar os problemas do preconceito e da discriminação, em favor da aceitação do multiculturalismo, a instrução deve apresentar os seguintes deslocamentos:

- a) Do nacionalismo ao internacionalismo, no plano político.
- b) Do tradicionalismo ao materialismo, no plano da filosofia social geral.
- c) Do senso comum à ciência, como fontes de provas aceitáveis.
- d) Do castigo à recuperação, na teoria dos regimes penitenciários.
- e) Da violência e da ação direta à legalidade, como meios políticos.
- f) D severidade à tolerância, em matéria de educação infantil.
- g) Do sistema patriarcal à igualdade democrática, em matéria de relações conjugais.
- h) Da passividade ao ímpeto criador, no que diz respeito aos divertimentos e ao lazer.

Notemos que, segundo os teóricos modernos da educação global, não é o aumento da educação que leva ao mundialismo, ao materialismo e à permissividade, mas, sim, o aumento da educação revolucionária.

ATIVIDADES

1. Por que a ideia de erradicar a pobreza tornou-se um objetivo a ser perseguido somente em tempos modernos?
2. Qual é o bem cristão exercido na busca do fim da pobreza?
3. Quais problemas estão inseridos na ideia moderna de liberdade?
4. O que é exercer uma verdadeira liberdade?
5. De que forma a pedagogia moderna atua contra a verdadeira liberdade?



AULA 29

ORIGEM DA INTERNET



Um sistema de rede interligada de computadores começou a ser desenvolvida no final da década de 1950, nos Estados Unidos, para fins militares. Mas nos anos seguintes, os fabricantes de computadores passaram a vender a tecnologia para centros de pesquisa e grandes empresas.

Os primeiros computadores interligados eram capazes de transmitir somente pequenas quantidades de informação que eram divididas em pacotes (*packets*) menores e reagrupadas no computador receptor. Nessa época, os computadores que enviavam a informação e os que a recebiam precisavam ser interligados por meio de circuitos. Essa era a função do Centro de Processamento de Dados (CPU) que era um computador central e mais potente que mediava diversas operações de múltiplos usuários ao mesmo tempo.

Por muitos anos esse foi o sistema padrão de transferência de dados, sendo o mais usado ainda na década de 1970, mesmo quando transferências virtuais via satélite já estavam sendo desenvolvidas. O sistema de transferência de pacotes via satélite permitiu que os computadores dos Estados Unidos enviassem informações para aqueles na Europa com muita agilidade. O próximo avanço da tecnologia foi a possibilidade de conectar qualquer computador móvel à rede. Todas essas transferências ainda usavam uma CPU, por exemplo: a informação saía de um computador remoto para uma CPU que autorizasse a transferência, então os dados eram enviados via satélite para outra CPU em outro país e, por fim, chegava ao computador destinado.

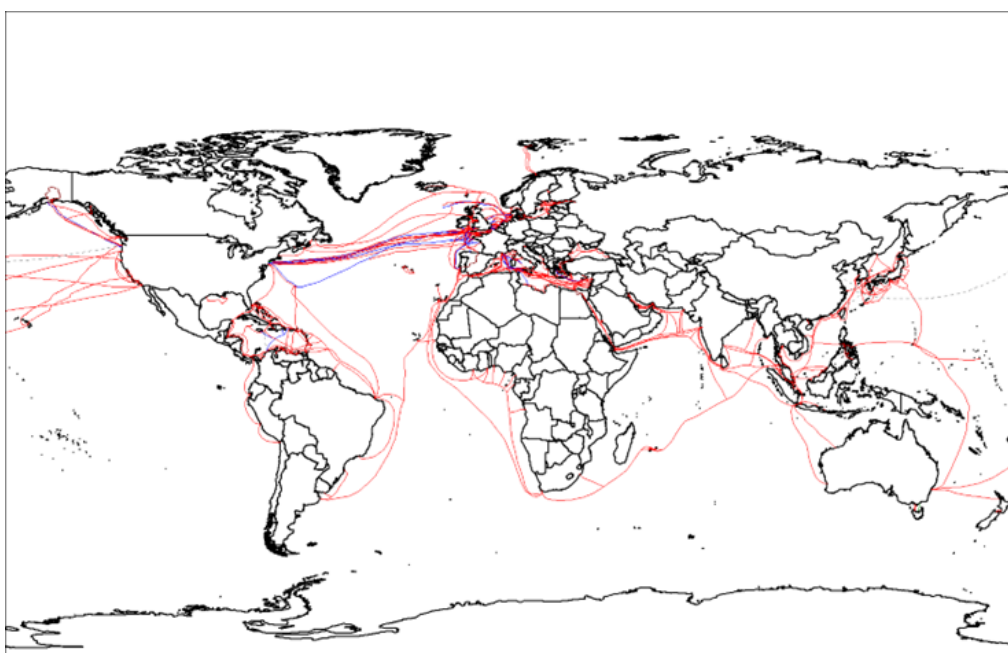
O próximo passo lógico foi a ligação dessas múltiplas redes de CPU's, algo desejado pelos centros de pesquisas universitários que queriam acesso facilitado entre si. Essa ligação entre múltiplas redes foi chamada de *internet*.

Para que a internet cumprisse corretamente o envio de dados, foi criado um novo sistema de controle e transmissão de pacotes, o TCP (*Transmission Control Protocol*), e cada computador remoto recebia um endereço digital próprio, o IP (*Internet Protocol*). O TCP/IP é uma arquitetura digital que recebeu grande investimento no início da década de 1980 e é usada até hoje para controlar a passagem de dados de um computador ao servidor; e ao mesmo tempo existe também as transmissões diretas de computador a computador.

Entre 1990 e os anos 2000, cerca de 10.000 provedores de internet funcionavam em todo o mundo, com a metade deles atuando nos Estados Unidos. Mas como a maioria deles fazia um serviço local e dependia dos provedores regionais e nacionais, logo esse número diminuiu, com os pequenos provedores se fundindo aos maiores. O modelo inicial da internet era a discada e no início do milênio já contava com 25 milhões de usuários distribuídos por todo o globo.

AS POSSIBILIDADES DA NOVA TECNOLOGIA

Durante todo o século XXI, até agora, a internet avançou rapidamente em questão de velocidade e abrangência. Foi também quando emergiram as redes sociais, como Orkut, Facebook, Twitter (atual X) e Instagram. Esses sites são uns dos mais acessados hoje e permitem o compartilhamento de informações pessoais dos seus usuários com todo o mundo. A primeira década do novo milênio apresentou os *smartphones*, como o iPhone da Apple, introduzido em 2007, que já continha acesso à internet e permitia a transmissão de dados sem o uso de cabos. Cada vez mais os computadores se tornaram mais acessíveis e mais móveis indo de um sexto da população mundial com acesso à internet em 2005 para mais da metade em 2020.



Mapa de 2007 mostrando os cabos submarinos de internet

O avanço da tecnologia nos leva hoje ao chamado “Internet das coisas”, que é uma vasta quantia de objetos, cotidianos ou não, que estão constantemente conectados à internet e funcionam com pouca ou nenhuma interação humana. Como exemplo disso temos os *smartwatches* que medem nossos batimentos cardíacos e a distância percorrida em nosso dia a dia; temos também sistemas de irrigação que entram para a categoria “*smart*” e atuam segundo algoritmos próprios do seu programa e agem a partir de leituras do solo. Há casas inteiras conectadas à internet, chamadas de casas inteligentes, que operam no auxílio dos seus moradores ajudando na realização de tarefas cotidianas. Outro exemplo

marcante são os carros que já usam sensores e acesso à rede para funcionarem de forma autônoma.



Sistema de alimentação de gatos conectado à internet



Ônibus autômato fabricado na China

A internet permitiu uma imensurável quantia de informações sendo transferidas e acessadas constantemente por inúmeros usuários ao mesmo tempo. Essas informações, seja em texto, fotos, áudio ou vídeos exigem ferramentas e organizações cada vez mais complexas e eficazes. E toda a informação contida na internet hoje pode não estar mais disponível amanhã. A garantia de acesso à informação demanda uma atenção quanto à forma de preservação digital de dados.

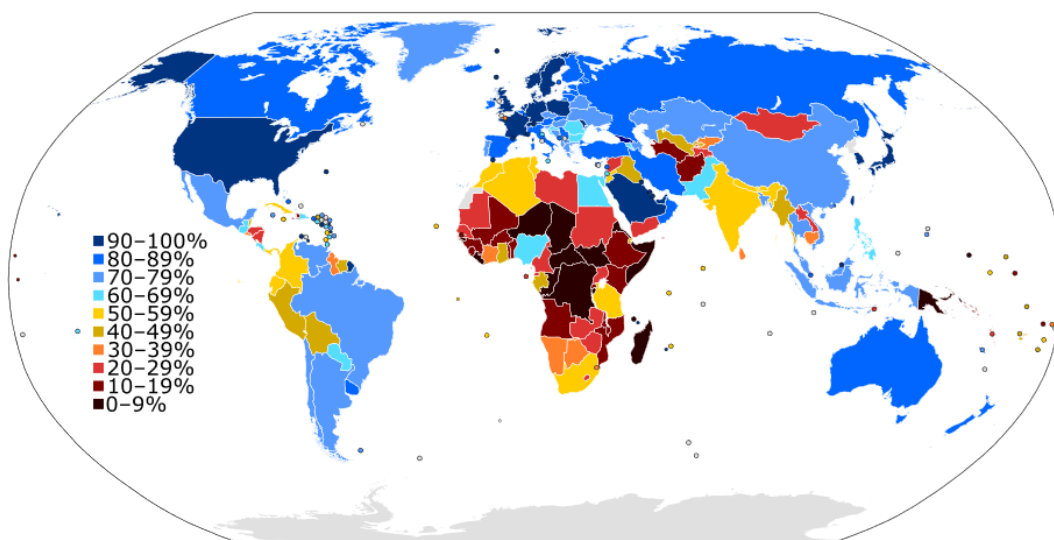


Gráfico mostrando os países com maior acesso à internet em 2015

OS RISCOS

Contudo, essa adequação da vida humana à rede de internet implica em sérios riscos. O primeiro é quanto à segurança e privacidade. Hackers, que são como ladrões digitais, já foram responsabilizados por invadirem câmeras de segurança, automóveis e sistemas médicos, além de serem capazes de invadir a rede privada de grandes corporações para o roubo de informações. As informações roubadas pelos criminosos digitais podem resultar em roubos de contas bancárias; chantagens pessoais onde os criminosos exigem algo em troca de não tornar uma informação pessoal pública; ou então, grandes empresas

compram essas informações pessoais para manipular o mercado analisando os dados pessoais de um grande grupo de indivíduos, como os sites que frequentam e as buscas que realizam na internet.

O próprio governo pode usar da Internet para ações totalitárias ao investigarem os civis por meio das suas informações pessoais armazenadas em servidores. Compras, locais visitados registrados pelo GPS ou pelos aparelhos pessoais, pesquisas na internet e conversas privadas podem ficar registradas em servidores e serem acessados de forma sigilosa por um governo de viés autoritário ou mesmo pelas empresas que usam ou vendem essas informações.

Outro risco é a dependência. Assim como diversas outras tecnologias modernas, a internet e suas facilidades e acessibilidades podem causar a dependência do usuário e até a perda da capacidade de realizar tarefas sem ser por meio digital. Mas essa não é a única dependência que a internet causa, há também a dependência criada pelo seu próprio consumo. Jogos digitais e redes sociais se tornaram uma febre no mundo todo, com grande destaque no Brasil. Segundo dados do “We Are Social” e “Meltwater” de 2024:

- Há 187,9 milhões de usuários de internet no Brasil em 2024 (87% da população, +3,3% em relação a 2023).
- Há 144,0 milhões de usuários de mídias sociais, (66% da população, +1,4% em relação a 2023).
- Há 210,3 milhões de celulares ativos no Brasil (97% da população), enquanto só 57,7% da população tem computador, 31% tem consoles de jogos, 16% tem dispositivo de casa inteligente e 27% tem relógio smart.
- 89,9% dos usuários brasileiros leem mídia online e 71,5% escutam podcasts.
- O brasileiro passa 9 horas e 13 minutos em média por dia na internet, 4 horas olhando TV, 3 horas e meia nas redes sociais e um pouco mais de 1 hora escutando podcasts e jogando videogame.

Diversas pesquisas sobre o aprendizado alertam que a escrita digitada não supera a escrita manual para a absorção do conteúdo. Da mesma forma, a pesquisa por informações na internet muitas vezes se limita a sites com informações imprecisas ou resumidas demais. A resposta rápida dada pela internet pelos seus blogs, sites de notícia e “inteligência artificial” afastaram as pessoas das fontes confiáveis e até mesmo dos próprios pensamentos: é tanta informação recebida em um curto período de tempo que não há uma meditação do que foi apreendido; o usuário acaba sendo pautado pelo que consome sem parar para pensar se aquela informação faz sentido ou se ele mesmo concorda com aquilo.

Por último, mas não menos importante, a internet também ter alterado as relações sociais dos indivíduos. Com a facilidade para a criação de sites, a internet também sustenta páginas onde pessoas com gostos específicos se reúnem, formando nichos. Depois que uma pesquisa do início do século XXI detectou que aproximadamente 20% dos usuários da internet frequentam algum tipo de site de encontro, o mercado soube utilizar isso e dos

nichos para lucrar e unir pessoas de interesses comuns. Sites de encontro, atualmente, coletam juntos cerca de meio bilhão de dólares todos os anos.

Mas a internet também usou desse mercado de relacionamento para promover imoralidades. Atualmente, estima-se que 10% da internet seja dedicada ao conteúdo adulto imoral que afeta boa parte da população global. Infelizmente, a internet também permite que vícios se manifestem com mais facilidade.

Tais sites não degrada somente o espectador, mas todos os envolvidos. Nos últimos anos, segundo denúncias (2018), foram mais de 50 suicídios e cerca de 40 mortes por abuso de drogas envolvendo atrizes de sites imorais para adultos. De 2014 para cá (2018), registraram-se mais de duas centenas de óbitos prematuros por doenças venéreas, drogas, suicídio, homicídio, acidentes e causas médicas, entre os integrantes dessa indústria de vícios. Além do envolvimento com tráfico humano de mulheres de todas idades. Esses sites imorais desumanizam o indivíduo e são letais para o corpo e para o espírito.

A IGREJA E A INTERNET

Na opinião da Igreja, os modernos meios de comunicação social constituem fatores sociais que têm um papel a desempenhar na história social humana. Ainda que haja que distinguir cuidadosamente o progresso terreno e o crescimento do Reino de Cristo, este progresso tem muita importância para o Reino de Deus, na medida em que pode contribuir para uma melhor organização da sociedade humana. Considerando os meios de comunicação social a esta luz, observamos que eles contribuem eficazmente para unir e cultivar os espíritos, e propagar e afirmar o reino de Deus.

Hoje, isto é válido de forma especial no que se refere à Internet, que está a contribuir para promover transformações revolucionárias no comércio, na educação, na política, no jornalismo e nas relações transnacionais e interculturais; mudanças estas que se manifestam não só no modo de os indivíduos se comunicarem entre si, mas na forma de as pessoas compreenderem a sua própria vida.

Contudo, há um certo número de preocupações acerca da Internet: Uma das mais importantes delas diz respeito àquilo a que hoje se chama divisão digital: uma forma de discriminação que separa os ricos dos pobres, tanto dentro das nações como entre elas mesmas, com base no acesso, ou na falta de acesso, às novas tecnologias de informação. Neste sentido, trata-se de uma versão atualizada da diferença mais antiga entre as pessoas ricas de informação e os grupos sem o mesmo acesso.

A Igreja se preocupa com as dimensões culturais daquilo que hoje se está a realizar. Precisamente com poderosos instrumentos no processo de globalização, as novas tecnologias de informação e a Internet transmitem e contribuem para formar uma série de valores culturais: modos de pensar acerca dos relacionamentos sociais, da família, da religião e das condições humanas; cuja novidade e fascínio podem desafiar e ultrapassar as culturas tradicionais.

A Internet está a transmitir uma mensagem imbuída dos valores da cultura secular a pessoas e sociedades que, em muitos casos, não estão preparadas para a avaliar e para lidar com a mesma. Daqui resultam problemas, como exemplo: no que diz respeito à vida matrimonial e familiar, cuja instituição está a experimentar uma crise generalizada e radical em muitas partes do mundo.

A Igreja também apoia a liberdade de expressão e o livre intercâmbio de ideias. A liberdade de procurar e de conhecer a verdade é um direito humano fundamental. Salvas a lei moral e o bem comum, o homem pode livremente procurar a verdade, manifestar e divulgar a sua opinião e ser informado acerca dos acontecimentos públicos.

À luz destas exigências do bem comum, deploramos as tentativas que as autoridades públicas empreendem em ordem a impedir o acesso às informações porque o consideram como uma ameaça ou um obstáculo, para manipular o público mediante a propaganda e a desinformação, ou para impedir a legítima liberdade de expressão e de opinião. A este propósito, os regimes autoritários são absolutamente os piores agressores; contudo, o problema existe também nas democracias liberais, onde o acesso à mídia de massa para a expressão política geralmente depende da riqueza, enquanto os políticos e os seus conselheiros violam a lealdade e a imparcialidade, apresentando os seus opositores de maneira errônea.

A combinação das novas tecnologias e da globalização acresceu a sua exposição às pressões ideológicas e comerciais, e isto é verdade também no que se refere ao jornalismo. A concorrência económica e a natureza do jornalismo através da Internet contribuem para o sensacionalismo e a intriga, para a fusão de notícias, publicidades e divertimentos, bem como para o aparente declínio das reportagens e dos comentários sérios.

Além das questões que dizem respeito à liberdade de expressão, a integridade e a exatidão das notícias, e a partilha das ideias e das informações constituem uma ulterior série de preocupações geradas pelo liberalismo. A ideologia do liberalismo radical é tanto errônea quanto prejudicial, seu erro encontra-se na exaltação da liberdade até ao ponto de se tornar um absoluto, que seria a fonte dos valores. Deste modo, porém, a imprescindível exigência de verdade desaparece em prol de um critério de sinceridade, de autenticidade, de “acordo consigo próprio”. Neste modo de pensar não há espaço para a comunidade autêntica, o bem comum e a solidariedade.

ATIVIDADES

1. Quais os benefícios gerados pela criação da internet?
2. Como a internet alterou as relações dos indivíduos e das comunidades?
3. Quais restrições são necessárias para o uso da internet?
4. Como a liberdade de expressão deve ser usada na internet?
5. Como a internet pode ser usada para a manipulação das massas?

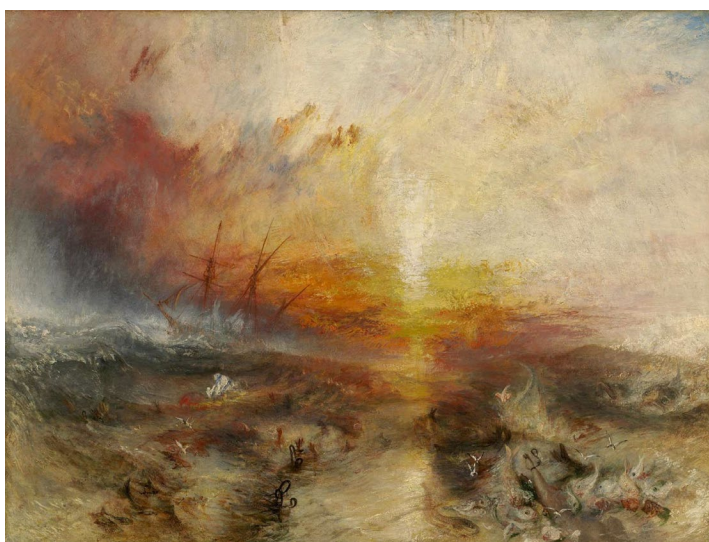


AULA 34

O CONTEXTO PARA OS CONFLITOS ENTRE BRASIL E INGLATERRA

Nos séculos posteriores à Revolução Industrial (a partir do século XVIII), a Inglaterra aumentou sua produção consideravelmente, transformando a exportação numa parte essencial da sua crescente economia. Sendo uma poderosa aliada comercial do Brasil e de Portugal, a Inglaterra se viu na necessidade de negociar a abolição da escravidão, afinal, escravos não possuem poder de compra. Se o Brasil assumisse o sistema de trabalho assalariado, seu comércio com o exterior aumentaria consideravelmente, pois mais pessoas poderiam adquirir os produtos ingleses.

Em uma era onde a moral da Igreja perdia cada vez mais forças, a visão econômica do mundo, promovida pelo Iluminismo, foram essenciais para a busca da abolição da escravidão em escala global. A busca pela liberdade humana, contudo, não foi sempre visando a dignidade da pessoa. A prática da escravidão no campo foi vista pelos ingleses como uma concorrência desleal praticada nas Colônias americanas, e sua luta contra a escravidão era promovida para fins econômicos.



Navio negreiro – Por J. M. W. Turner (1840)

Apesar disso tudo, a economia agrária brasileira, principalmente o café, que era seu produto mais cultivado, somada ao limitado poder financeiro do Império, impediam que

a abolição se fizesse possível no Brasil, sem que houvesse antes uma grande mudança cultural que incentivasse a mudança econômica. Por mais que a ideia da abolição da escravidão já percorresse os meios católicos, e até mesmo iluministas dos brasileiros, seu poder era muito pequeno perante o poder econômico agrário.

E assim, começou um atrito entre o reino do Brasil e o da Inglaterra. A primeira tentativa brasileira de abolir o tráfico negreiro ocorreu com a Lei Feijó, promulgada em 1831, e, como já vimos, sua existência deu origem ao termo “para inglês ver”, pois apesar de existir no papel, nada mudou na prática. A sua existência não passou de uma tentativa de manterem positivas as relações com os ingleses.

Em agosto de 1844, o atrito entre os reinos aumentou. Foi criada no Brasil uma política tarifária, conhecida como Tarifa Alves Branco, que visava fortalecer o desenvolvimento interno ao taxar as mercadorias importadas, que tivessem similares no Império, entre 40 a 60%, e as mercadorias importadas, que não fossem idênticas às nacionais entraria nas alfândegas com 30% de imposto. E as mercadorias que eram empregadas como matéria prima para as indústrias, recebiam taxas de 2% a 25%. Esse protecionismo alfandegário diminuiu a compra externa.

A QUESTÃO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

Desde Daniel Defoe (1660-1731) e Adam Smith (1723-170), críticas à economia escravagista já eram feitas no território inglês, mas nunca tomaram força dentre aqueles que lucravam com a prática. Foram com os ideais de direitos humanos decretados em meio à Revolução Francesa, e com os ocorridos, como a revolta dos escravos no Haiti, que culminou na sua independência, que movimentos de abolição começaram a ganhar voz em maiores grupos dentre os ingleses.

Outro motivo para o pedido de abolição, foi que o monopólio inglês na produção de algodão no Caribe, não iria se manter lucrativo por muito mais tempo contra a concorrência com as *plantations* espanholas e portuguesas em Cuba e no Brasil. Para manter a possibilidade de continuar lucrando, a Inglaterra viu se tornar necessária, uma pressão pela criação de um mercado aberto e de combater a escravidão nos outros reinos.

A abolição da escravidão inglesa começou com a proibição do tráfico de escravos (1807), mas em seu início ele não afetou todo o Império e pouco se mudou em números gerais, pois mesmo sem a chegada de novos escravos, os fazendeiros trocavam os escravos entre si. Era necessário um passo mais radical, o de total abolição.

O movimento pelo fim da escravidão foi ganhando apoio popular aos poucos, e quando foi aplicado no reino inglês (1833) a Corte pagou um valor total de £20 milhões aos proprietários de terras para que fizessem a transição para a economia assalariada, com pouco ou nenhum prejuízo. Contudo nenhum apoio foi dado aos escravos libertos.

Mas o tráfico demoraria para cessar de vez. Em muitos casos a situação ficou ainda mais brutal: os capitães que se arriscavam no tráfico de escravos, ao avistarem um navio

da guarda, passaram a optar pelo abandono dos escravos em alto mar, temendo pelo prejuízo que teriam caso fossem pegos com tal “carga”.

O BILL ABERDEEN

Em 1845, o governo inglês promulgou o Bill Aberdeen. Esse ato dava legalidade à Marinha inglesa em aprisionar navios negreiros no Oceano Atlântico, incluindo em águas brasileiras, acusando tais embarcações por pirataria e submetendo o comandante do navio e toda a sua tripulação ao julgamento na Corte inglesa.

Entre 1849 e 1850, 90 embarcações brasileiras foram tidas como negreiras e acabaram confiscadas pelos ingleses. Para D. Pedro II, depender da guarda estrangeira para lidar com os seus criminosos, era ferir o orgulho patriota, e protestos começaram a surgir por parte dos brasileiros.

Em 1850, Eusébio de Queirós, ministro pelo Partido Conservador, promulgou uma lei, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que proibia o desembarque de novos escravos africanos no reino e que a Armada brasileira seria a responsável por capturar e punir os tripulantes, além de conceber liberdade aos negros dessas embarcações. A execução dessa lei também visava retirar as tropas britânicas das águas brasileiras.

Desta vez, a nova lei fez efeito. Em 1851, 3.287 escravos novos desceram no Brasil. Em 1852, apenas 700 novos escravos aportaram. E entre 1853 e 1856, não há relatos de nenhum novo escravo chegando ao Brasil. E assim a Inglaterra partiu.

A INDÚSTRIA NO TEMPO DO IMPÉRIO

A abolição do tráfico de escravos teve os seguintes efeitos:

- O aumento do tráfico interno com áreas de produções menores vendendo escravos para as áreas em desenvolvimento, como o Vale do Paraíba.
- O estímulo à imigração com muitos italianos e alemães sendo introduzidos na lavoura cafeeira. Entre 1822 e 1872 o Brasil cresceu de 3 para 10 milhões de habitantes, chegando a 14,3 milhões em 1890, sendo meio milhão de imigrantes.
- E um surto industrial, com o dinheiro do tráfico sendo aplicado na indústria.

Além de receber o dinheiro que era gasto com o tráfico de escravos, a indústria também prosperou graças à Tarifa Alves Branco, que direcionou parte dos lucros da lavoura para a indústria.

Ainda outro fator cooperou para o crescimento industrial brasileiro: o desenvolvimento do transporte ferroviário, ainda que ele tivesse sido feito, principalmente, para o transporte do café até o litoral. Graças às ferrovias, o porto de Santos, no litoral de São Paulo, se tornou o maior do Brasil, e fez-se possível desenvolver

a indústria em áreas internas. Entre 1874 e 1884, o Império do Brasil foi de 175 para mais de 600 indústrias em seu território.

Ainda assim, a industrialização acelerada desse período não mudou os pilares econômicos brasileiros. O Brasil continuou com uma economia majoritariamente latifundiária que usava mão de obra escrava. Quem ainda sustentava o Estado brasileiro eram os latifundiários que atrasavam a transição da economia para uma modernização industrial.

A QUESTÃO CHRISTIE

William Douglas Christie (1816-1874) foi um inglês de temperamento impulsivo que atuava como embaixador no Rio de Janeiro. O Império brasileiro já o conhecia bem por suas muitas exigências para que fosse reatado um próspero comércio entre ingleses e brasileiros. Mais próspero para os ingleses, obviamente.



“Questão Christie” – Por Victor Meirelles (1864)

A questão envolvendo o embaixador começou com o naufrágio da fragata “Prince of Wales” na costa gaúcha em 1861. Aconteceu que os brasileiros pilharam os bens da embarcação e não ocorreu nenhuma repreensão das autoridades locais. Perante a situação, Christie estipulou uma indenização de valor arbitrário e a intervenção de agentes ingleses na realização do processo, feito que aumentou o conflito entre as duas nações.

E tudo piorou quando alguns marinheiros ingleses foram presos no Rio de Janeiro por zanzarem bêbados pela cidade causando confusão. Na verdade, os oficiais nem perceberam que os baderneiros eram ingleses. Mas para Christie o ocorrido foi de grande escândalo e, desta vez, passou a exigir novas indenizações, castigo para os oficiais envolvidos na prisão dos ingleses, e censura ao chefe de polícia. E que tudo fosse feito em duas semanas.

O Imperador D. Pedro II, contudo, reagiu de forma contrária ao que esperava o embaixador e respondeu que preferia perder a coroa a se humilhar ao estrangeiro. Tendo dito isso, a população saiu nas ruas em favor do Imperador. Agindo em prol do povo e do Império, o governo cortou relações com o diplomata Christie e passou a lidar diretamente com o governo britânico.

Ignorado, Christie se levantou mais uma vez e deu ordens para que a Marinha Britânica apreendesse os navios brasileiros na Baía de Guanabara. Nesse momento, o Brasil estava só ao se tratar de aliados internacionais: os Estados Unidos estavam em plena Guerra Civil, e a França investida no México. No dia 31 de dezembro de 1862, os britânicos prenderam cinco navios brasileiros na esperança de intimidar o Imperador. E novamente o povo brasileiro foi às ruas, ao próprio D. Pedro II, em protesto contra os ingleses.

Christie novamente foi ignorado, pois o governo brasileiro levou a questão para o arbitramento internacional, chamando o Rei Leopoldo I, da Bélgica, tio da Rainha Vitória do Reino Unido, como árbitro. Só não seria julgado o caso da fragata naufragada na costa gaúcha, pois o Brasil concordou em pagar a indenização de 3.200 libras.

O julgamento internacional ocorreu de forma pacífica e foi favorável ao Brasil, que cobrou o montante pago pela embarcação inglesa como indenização e um pedido formal de desculpas do governo inglês. Derrotados, os ingleses negaram cumprir os pedidos e romperam as relações diplomáticas com o Império brasileiro.

Dois anos mais tarde, em 1865, com o estouro da Guerra do Paraguai, os ingleses retomaram às relações com o Brasil e enviaram o pedido de desculpas.

A Questão Christie deixou um bom resultado: mostrou a necessidade de melhor armar o Império para sua defesa e uniu seu povo pela causa, resultando em um aumento nas inscrições para o exército.



Rainha Vitória do Reino Unido

UM PANORAMA DA CULTURA NO SEGUNDO REINADO

Para unir o reino após as desavenças do Período Regencial, D. Pedro II precisava criar uma identidade nacional que representasse a nação, e para isso se tornou um grande patrono das artes, impulsionando, o hoje chamado, Romantismo brasileiro. O investimento aqueceu a Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838.

Uma das primeiras tentativas de fundar a nova identidade, foi com Domingo Gonçalves de Magalhães, pago para realizar seu épico “A Confederação de Tamoios”. Mas o épico foi desafiado por José de Alencar que escreveu “O Guarani” e “Iracema”, e que teve, de fato, maior repercussão. No Romantismo, exaltava-se a cultura nativa, comum em

todo o Reino, mas de maneira fantasiosa e apaixonada. Tal identidade inspirou pintores como José Maria de Medeiros e poetas como Gonçalves Dias.

Petrópolis foi uma das primeiras cidades a iniciar o urbanismo no Brasil, se tornando uma cidade ao estilo Europeu, disciplinada pelas artes. Depois veio a iluminação com as lâmpadas a gás, imitando os ingleses. 600 lâmpadas iluminavam as noites das principais ruas do Rio de Janeiro.

E não nos esqueçamos do transporte que está intimamente ligado à evolução da cidade. A partir de 1870, os principais centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro e Salvador, começaram a se modernizar para receber o bonde puxado por burros. Suas ruas tiveram de ser alargadas, niveladas e refeitas com paralelepípedos. Na mesma época um elevador hidráulico ligou a



cidade baixa de Salvador com a alta. Para a comunicação foi estudado o telégrafo elétrico, que inaugurou sua primeira linha em 1854, entre o Paço de São Cristóvão e o Ministério da Guerra. Em 1889, o Império possuía 19 mil quilômetros de linhas.

Aqueles que pudessem pagar pelos estudos dos filhos no exterior, preferiam a França, o que causou um “francesismo” na cultura brasileira que imitava o exterior. O Cassino Fluminense, inaugurado em 1845, foi o mais importante salão do Segundo Reinado, frequentado pelo próprio D. Pedro II. Ali dançavam a valsa e ouviam o *bel canto* do *Lírico* nas noites, seguindo os requintes franceses. No Derby de 1854, corridas de cavalo e de remadores eram assistidos pelos binóculos da aristocracia.



A Rua do Ouvidor, o centro da capital, foi símbolo desse afrancesamento cultural com lojas de roupas, flores, joias, charutos, cafés e confeitarias que imitavam os centros parisienses. Outra invenção francesa que veio rapidamente ao Brasil foi o daguerreotipo, a primeira câmera fotográfica comercial, que chegou em 1840. A fotografia acelerou o processo de registros e cada vez menos foi preciso que artistas pintassem cenários e ocorridos. A imagem era o meio de comunicação para os analfabetos e a fotografia foi a principal forma de registro da história do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX.

Dentre os populares, se dançava o canção, de origem francesa; a polca, vinda do Império Austro-húngaro; o tango, originado na Argentina; e a modinha portuguesa. Eram danças mais sensuais que sofriam a resistência da aristocracia mais requintada. Essas danças populares deram origem ao maxixe e ao samba. Mas para dançar é preciso de música: os instrumentos mais tocados eram a flauta, a rabeca e o violão.

A elite, entretanto, buscava se manter numa pose mais culta e preferiam ouvir concertos, óperas e árias. Essa procura pela alta cultura aumentou consideravelmente a procura pelo piano. Era bonita a dama que tocasse piano.

A fama do piano foi tanta, que até as músicas populares usavam ele, o que causou o desgosto de alguns nobres que viam seu tão estimado instrumento alegrando os comuns. Os escravos não estavam de fora e possuíam seus próprios instrumentos e danças. Os negros dançavam o lundu e a umbigada e tocavam marimbas, agogôs e tambores.

ATIVIDADES

1. Quais fatores econômicos influenciaram o fim do trabalho escravagista.
2. Por que o Brasil não tinha condições para abolir o trabalho escravo?
3. Por que a pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro no Brasil ameaçava sua soberania?
4. De que forma a Questão Christie influenciou o patriotismo brasileiro?
5. O quanto a cultura brasileira era dependente da cultura do exterior?